

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	92
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	54.076
Preferenciais	0
Total	54.076
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.820.831	1.783.136
1.01	Ativo Circulante	494.594	418.814
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	73.503	31.666
1.01.02	Aplicações Financeiras	53.228	58.615
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	53.228	58.615
1.01.03	Contas a Receber	132.369	119.241
1.01.03.01	Clientes	132.369	119.241
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.458	5.194
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.458	5.194
1.01.07	Despesas Antecipadas	19.687	3.561
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	210.349	200.537
1.01.08.03	Outros	210.349	200.537
1.01.08.03.01	Créditos com empresas ligadas	98.022	94.759
1.01.08.03.02	Outros Créditos	4.375	4.849
1.01.08.03.03	Veículos Destinados a Venda	107.952	100.929
1.02	Ativo Não Circulante	1.326.237	1.364.322
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	97.567	101.914
1.02.01.06	Tributos Diferidos	75.686	80.583
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	73.610	78.507
1.02.01.06.02	Impostos e Contribuições Sociais a Compensar	2.076	2.076
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	21.881	21.331
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	21.854	21.239
1.02.01.09.05	Outros Créditos	27	92
1.02.02	Investimentos	52.973	53.841
1.02.03	Imobilizado	1.095.472	1.128.166
1.02.04	Intangível	80.225	80.401

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.820.831	1.783.136
2.01	Passivo Circulante	554.786	477.705
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.540	1.104
2.01.02	Fornecedores	58.591	64.496
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	329.792	257.658
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	111.761	40.809
2.01.04.02	Debêntures	218.031	216.849
2.01.05	Outras Obrigações	164.863	154.447
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.120	30.593
2.01.05.02	Outros	141.743	123.854
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	128.205	113.302
2.01.05.02.05	Salários e Encargos a Pagar	4.159	4.515
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	9.379	6.037
2.02	Passivo Não Circulante	532.920	580.913
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	503.366	552.309
2.02.01.02	Debêntures	503.366	552.309
2.02.04	Provisões	29.554	28.604
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	21.627	20.672
2.02.04.02	Outras Provisões	7.927	7.932
2.02.04.02.04	Provisão para Peda com Investimento	7.927	7.932
2.03	Patrimônio Líquido	733.125	724.518
2.03.01	Capital Social Realizado	744.025	744.025
2.03.02	Reservas de Capital	36.350	36.133
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	33.431	33.431
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.919	2.702
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-47.250	-55.640

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	239.834	180.655
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-177.099	-135.951
3.03	Resultado Bruto	62.735	44.704
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.925	-4.396
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.099	-4.688
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.494	-13.242
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-10.969	-12.782
3.04.02.02	Honorários da Administração	-525	-460
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.470	-1.155
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-862	14.689
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.810	40.308
3.06	Resultado Financeiro	-28.523	-21.959
3.06.01	Receitas Financeiras	13.976	6.001
3.06.02	Despesas Financeiras	-42.499	-27.960
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.287	18.349
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.897	-1.302
3.08.02	Diferido	-4.897	-1.302
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.390	17.047
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.390	17.047
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,16000	0,32000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,15000	0,31000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	8.390	17.047
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.390	17.047

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	42.499	63.438
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	196.491	155.810
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	8.390	17.047
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	45.277	39.396
6.01.01.03	Valor residual dos veículos destinados a venda e de outros ativos imobilizados	110.337	81.875
6.01.01.05	Provisão (reversão) para riscos e discussões judiciais	955	110
6.01.01.07	Despesas com juros, líquidas	26.671	26.887
6.01.01.10	Despesas (crédito) com IR e CS Diferidos	4.897	1.302
6.01.01.11	Equivalencia Patrimonial	862	-14.689
6.01.01.12	Provisão de veículos roubados e sinistrados	5.114	1.789
6.01.01.13	Reversão (constituição) de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-6.784	1.767
6.01.01.14	Despesas de stock options	217	326
6.01.01.15	Variações cambiais e monetárias, líquidas	555	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-153.992	-92.372
6.01.02.01	Aumento do contas a receber	-6.344	-6.495
6.01.02.02	Redução (aumento) em impostos e contribuições sociais a compensar	-264	1.033
6.01.02.03	Redução (aumento) em outros ativos circulantes e não circulantes	-19.462	35.084
6.01.02.04	Aumento (redução) em fornecedores (exceto montadoras de veículos)	2.356	-361
6.01.02.06	Aumento (redução) em salários e encargos sociais a pagar, adto clientes e outros passivos	-7.051	-40.499
6.01.02.07	Pagamento de IR e CSLL	0	-2.664
6.01.02.08	Aquisição de veículos, líquido do saldo a pagar	-122.523	-80.007
6.01.02.09	Aumento (redução) em tributos a recolher	436	0
6.01.02.10	Aquisição de acessórios para veículos	-1.140	0
6.01.02.11	Aumento (redução) em imposto de renda e contribuição a recolher	0	1.537
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.375	-7.662
6.02.02	Aquisição de outros imobilizados	-690	-1.289
6.02.03	Adição ao Intangível	-1.322	-961
6.02.05	Aplicação em títulos e valores mobiliários	5.387	-6.229
6.02.06	Caixa proveniente da incorporação da controlada	0	817
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.037	-60.288
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Captados	70.000	0
6.03.02	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Captados	-49.443	-41.213
6.03.03	Pagamento de Juros	-24.594	-19.075
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	41.837	-4.512
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.666	204.195
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	73.503	199.683

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	744.025	2.702	33.431	-55.640	0	724.518
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	744.025	2.702	33.431	-55.640	0	724.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	217	0	0	0	217
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	217	0	0	0	217
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.390	0	8.390
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.390	0	8.390
5.07	Saldos Finais	744.025	2.919	33.431	-47.250	0	733.125

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	744.025	2.060	33.431	-103.625	0	675.891
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	744.025	2.060	33.431	-103.625	0	675.891
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	326	0	0	0	326
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	326	0	0	0	326
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.047	0	17.047
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.047	0	17.047
5.07	Saldos Finais	744.025	2.386	33.431	-86.578	0	693.264

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	249.146	187.791
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	251.491	189.770
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.345	-1.979
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-141.336	-107.930
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.303	-18.092
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.942	-5.254
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-110.337	-81.875
7.02.04	Outros	-4.754	-2.709
7.02.04.01	Comerciais e publicidade	-4.754	-2.709
7.03	Valor Adicionado Bruto	107.810	79.861
7.04	Retenções	-50.391	-41.185
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-45.277	-39.396
7.04.02	Outras	-5.114	-1.789
7.04.02.01	Provisão veículos roubados e sinistrados	-5.114	-1.789
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	57.419	38.676
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.114	20.690
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-862	14.689
7.06.02	Receitas Financeiras	13.976	6.001
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	70.533	59.366
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	70.533	59.366
7.08.01	Pessoal	7.795	7.800
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.024	6.238
7.08.01.02	Benefícios	1.462	1.258
7.08.01.03	F.G.T.S.	309	304
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.703	4.971
7.08.02.01	Federais	9.646	4.914
7.08.02.03	Municipais	57	57
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	44.645	29.548
7.08.03.01	Juros	29.790	26.349
7.08.03.02	Aluguéis	2.146	1.588
7.08.03.03	Outras	12.709	1.611
7.08.03.03.02	Variações monetárias e cambiais passivas	12.176	0
7.08.03.03.03	outras despesas financeiras	-868	1.611
7.08.03.03.04	juros e multa	1.401	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.390	17.047
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.390	17.047

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.809.895	1.762.850
1.01	Ativo Circulante	515.039	432.453
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	76.264	33.673
1.01.02	Aplicações Financeiras	53.228	58.615
1.01.03	Contas a Receber	240.354	224.845
1.01.03.01	Clientes	240.354	224.845
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.594	5.214
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.594	5.214
1.01.07	Despesas Antecipadas	21.972	3.561
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	117.627	106.545
1.01.08.03	Outros	117.627	106.545
1.01.08.03.02	Outros creditos	5.313	5.616
1.01.08.03.03	Bens do Imobilizado Destinados a Venda	112.314	100.929
1.02	Ativo Não Circulante	1.294.856	1.330.397
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	106.435	109.242
1.02.01.06	Tributos Diferidos	83.873	87.216
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	80.849	84.192
1.02.01.06.02	Imposto e Contribuição Social a Compensar	3.024	3.024
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	22.562	22.026
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	22.524	21.923
1.02.01.09.05	Outros Créditos	38	103
1.02.03	Imobilizado	1.108.072	1.140.625
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.108.072	1.140.625
1.02.04	Intangível	80.349	80.530
1.02.04.01	Intangíveis	80.349	80.530

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.809.895	1.762.850
2.01	Passivo Circulante	549.298	462.940
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.336	3.045
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.336	3.045
2.01.01.01.01	Imposto de renda e contribuição social	116	672
2.01.01.01.02	Tributos a recolher	2.220	2.373
2.01.02	Fornecedores	62.161	66.113
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	329.792	257.658
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	111.761	40.809
2.01.04.02	Debêntures	218.031	216.849
2.01.05	Outras Obrigações	155.009	136.124
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.504	1.504
2.01.05.02	Outros	153.505	134.620
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	136.957	120.265
2.01.05.02.05	Salários e Encargos a Pagar	7.450	7.901
2.01.05.02.06	Adiantamento de Cliente	9.098	6.454
2.02	Passivo Não Circulante	527.472	575.392
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	503.366	552.309
2.02.01.02	Debêntures	503.366	552.309
2.02.04	Provisões	24.106	23.083
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.106	23.083
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	733.125	724.518
2.03.01	Capital Social Realizado	744.025	744.025
2.03.02	Reservas de Capital	36.350	36.133
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.919	2.702
2.03.02.07	Reserva de Capital	33.431	33.431
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-47.250	-55.640

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	281.082	235.802
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-204.511	-168.217
3.03	Resultado Bruto	76.571	67.585
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-34.567	-30.100
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.805	-9.980
3.04.01.01	Comerciais	-12.805	-9.980
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.203	-18.916
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-19.490	-18.260
3.04.02.02	Honorários da administração	-713	-656
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.559	-1.204
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	42.004	37.485
3.06	Resultado Financeiro	-29.345	-22.492
3.06.01	Receitas Financeiras	14.187	6.245
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.532	-28.737
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.659	14.993
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.269	2.054
3.08.01	Corrente	-926	-3.381
3.08.02	Diferido	-3.343	5.435
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.390	17.047
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	8.390	17.047
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.390	17.047
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,16000	0,32000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,15000	0,31000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	8.390	17.047
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	8.390	17.047
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.390	17.047

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.147	61.450
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	197.970	171.822
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	8.390	17.047
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	46.060	42.063
6.01.01.03	Valor residual dos veículos destinados a venda e de outros ativos imobilizados	111.023	84.490
6.01.01.05	Provisão (reversão) para riscos e discussões judiciais	1.023	182
6.01.01.07	Despesas com juros, líquidas	26.671	26.887
6.01.01.09	Despesa de imposto de renda e contribuição social	926	3.381
6.01.01.10	Despesa (crédito) com IR e CS Diferidos	3.343	-5.435
6.01.01.12	Provisão de veículos roubados e sinistrados	5.114	1.789
6.01.01.13	Reversão (constituição) de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-5.352	1.092
6.01.01.14	Despesa de Stock Options	217	326
6.01.01.15	Variações Cambiais e monetárias, líquidas	555	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-148.823	-110.372
6.01.02.01	Aumento do contas a receber	-10.157	-13.213
6.01.02.02	Redução (aumento) em impostos e contribuições a compensar	-380	1.658
6.01.02.03	Redução (aumento) em outros ativos circulantes e não circulantes	-18.644	-18.032
6.01.02.04	Aumento (redução) em fornecedores (exceto montadoras de veículos)	4.309	-616
6.01.02.05	Aumento (redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	28	4.743
6.01.02.06	Aumento (redução) em outros passivos circulantes de não circulantes	1.415	5.064
6.01.02.07	Pagamento de IR e CSLL	-797	-8.981
6.01.02.08	Aquisição de veículos, líquido do saldo a pagar	-122.523	-80.995
6.01.02.09	Aumento (redução) em tributos a recolher	-868	0
6.01.02.10	Aquisição de acessórios para veículos	-1.206	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.519	-10.751
6.02.02	Aquisição de Outros Imobilizados	-6.580	-3.561
6.02.03	Adição ao Intangível	-1.326	-961
6.02.05	Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	5.387	-6.229
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.037	-60.288
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Captados	70.000	0
6.03.02	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Captados	-49.443	-41.213
6.03.03	Pagamento de Juros	-24.594	-19.075
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	42.591	-9.589
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	33.673	210.794
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	76.264	201.205

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	744.025	2.702	33.431	-55.640	0	724.518	0	724.518
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	744.025	2.702	33.431	-55.640	0	724.518	0	724.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	217	0	0	0	217	0	217
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	217	0	0	0	217	0	217
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.390	0	8.390	0	8.390
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.390	0	8.390	0	8.390
5.07	Saldos Finais	744.025	2.919	33.431	-47.250	0	733.125	0	733.125

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	744.025	2.060	33.431	-103.625	0	675.891	0	675.891
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	744.025	2.060	33.431	-103.625	0	675.891	0	675.891
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	326	0	0	0	326	0	326
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	326	0	0	0	326	0	326
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.047	0	17.047	0	17.047
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.047	0	17.047	0	17.047
5.07	Saldos Finais	744.025	2.386	33.431	-86.578	0	693.264	0	693.264









DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	291.937	247.089
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	296.065	249.555
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.128	-2.466
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-161.209	-132.388
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-33.920	-33.623
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.589	-6.761
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-111.023	-84.490
7.02.04	Outros	-8.677	-7.514
7.02.04.01	Comerciais e Publicidade	-8.677	-7.514
7.03	Valor Adicionado Bruto	130.728	114.701
7.04	Retenções	-51.174	-43.852
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-46.060	-42.063
7.04.02	Outras	-5.114	-1.789
7.04.02.01	Provisão de veículos roubados e sinistrados	-5.114	-1.789
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	79.554	70.849
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.187	6.245
7.06.02	Receitas Financeiras	14.187	6.245
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	93.741	77.094
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	93.741	77.094
7.08.01	Pessoal	19.147	16.869
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.393	12.458
7.08.01.02	Benefícios	4.002	3.700
7.08.01.03	F.G.T.S.	752	711
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.971	6.828
7.08.02.01	Federais	13.849	6.738
7.08.02.02	Estaduais	6	0
7.08.02.03	Municipais	116	90
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.233	36.350
7.08.03.01	Juros	29.848	26.396
7.08.03.02	Aluguéis	8.701	7.613
7.08.03.03	Outras	13.684	2.341
7.08.03.03.02	Variações monetarias e cambiais passivas	12.172	0
7.08.03.03.03	Outras despesas financeiras	-3.707	2.341
7.08.03.03.04	Juros e multa	5.219	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.390	17.047
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	8.390	17.047

São Paulo, 06 de Maio de 2015 - A Unidas S.A. (“Companhia” ou “Unidas”) anuncia os seus resultados do primeiro trimestre de 2015 (1T15). As informações financeiras são apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado o contrário. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS – 1T15

Receita Líquida Consolidada no 1T15 atinge R\$281,1 MM crescendo 20,6% em comparação ao 1T14

-  A **Receita Líquida Consolidada** da Companhia apresentou um aumento de **20,6%**, de **R\$281,1 MM** no **1T15** quando comparado aos R\$233,1 MM do 1T14 (conforme ajuste explicado abaixo no item **Receita Líquida do RAC**).
-  O **EBITDA** Consolidado no 1T15 foi de **R\$88,3 MM**, superior em **11,1%** aos R\$79,5 MM do 1T14.
-  A **Receita Líquida** dos negócios de **Locação** (RAC + TF + Franquias) apresentou um aumento de **9,2%**, passando de R\$140,6 MM no primeiro trimestre de 2014, para **R\$153,6 MM** no mesmo período de 2015.
-  A **Receita Líquida** do segmento de **Aluguel de Carros – RAC** (excluindo Franquias) no **1T15** atingiu **R\$74,4 MM**, **23,4%** superior à Receita Líquida do 1T14 de R\$60,3 MM (ajustada pela exclusão do faturamento centralizado das franquias de R\$2,7 MM).
-  A **Receita Líquida** do segmento de **Seminovos** apresentou um crescimento de 33,9%, passando de R\$95,2 MM no 1T14 para **R\$127,5 MM no 1T15**, devido aos aumentos de 30,1% no número de carros vendidos e de 3,0% no preço médio de venda de veículos, no comparativo entre os períodos.
-  O **EBIT** do 1T15 atingiu **R\$42,0 MM**, ou seja, **12,0%** superior ao do 1T14, que ficou em R\$37,5 MM.
-  A **Frota no Final do Período** da Companhia registrou aumento de **15,2%**, passando de 37.186 veículos no 1T14 para **42.838 veículos** no 1T15.
-  A **Dívida Líquida / EBITDA (LTM)** reduziu de 2,2x no 4T14 para 2,1x no 1T15.

Dados Econômico Financeiros (R\$ MM)	1T15	1T14	Var.
Receita Líquida Consolidada (Ajustada 1T14)	281,1	233,1	20,6%
Receita Líquida de Locação RAC + TF + Franquias (Ajustada 1T14)	153,6	137,9	11,4%
EBITDA Consolidado	88,3	79,5	11,1%
EBITDA Negócios Locação (RAC + TF + Franquias)	78,2	74,9	4,4%
Margem EBITDA dos Negócios de Locação	50,9%	53,3%	(2,4) p.p.
EBIT	42,0	37,5	12,0%
EBT	12,7	15,0	(15,3)%
Lucro Líquido	8,4	17,0	(50,6)%
Lucro Líquido Ajustado*	11,8	11,6	1,7%
Dívida Líquida	703,7	601,7	17,0%
Dívida Líquida / EBITDA (LTM)	2,1x	2,0x	(0,1)x

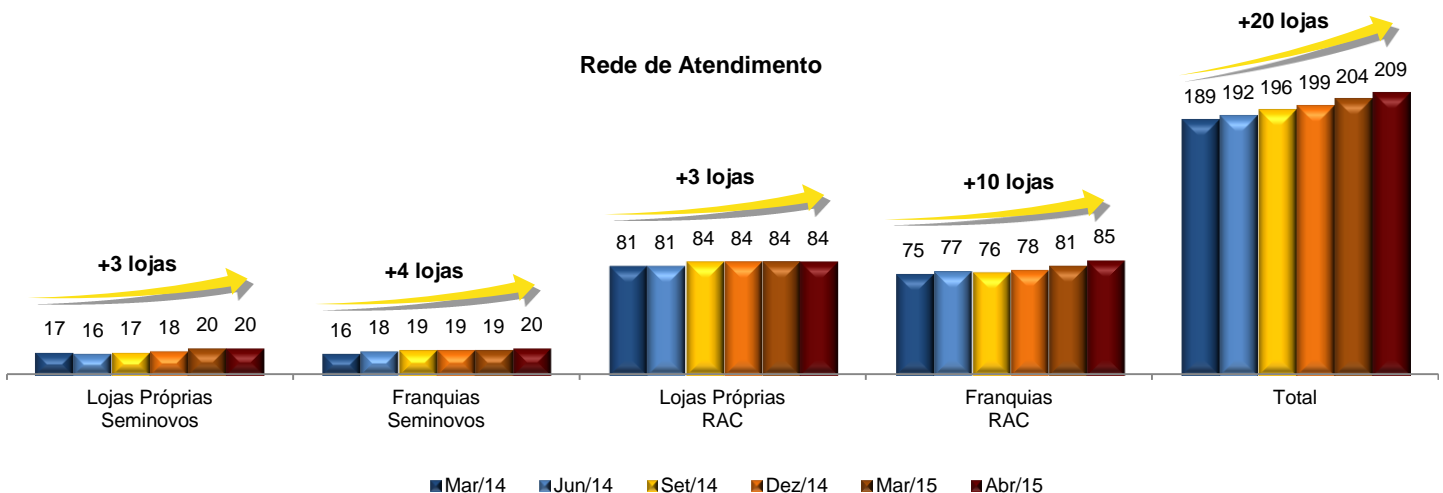
Dados Operacionais	1T15	1T14	Var.
Frota no Final do Período	42.838	37.186	15,2%
Nº de Colaboradores Próprios no Final do Período	1.204	1.144	5,2%
Rede de Atendimento no Final do Período	204	189	7,9%

*Lucro Líquido Ajustado elimina o efeito dos Impostos Diferidos.

1- REDE DE ATENDIMENTO UNIDAS

No 1T15, a Unidas abriu 2 lojas próprias de Seminovos e 3 lojas de Franquia do RAC, passando assim de 199 pontos de atendimento, no final do 4T14, para 204 ao final do 1T15.

A partir de abril de 2015, a Unidas passou a estar presente em todos os estados do país, após a abertura de 2 lojas de Franquia do RAC no Acre. Também em abril foi aberta 1 loja de Franquia de Seminovos e mais 2 lojas de Franquia do RAC, finalizando o mês com um total de 209 lojas.



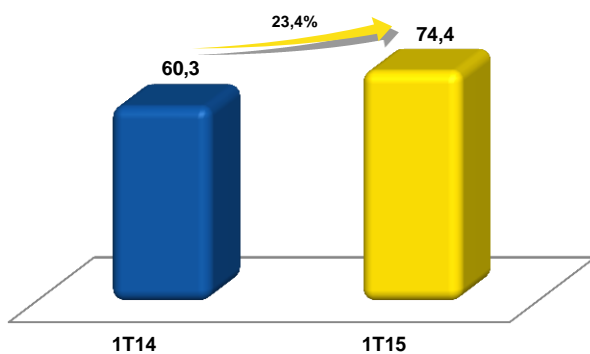
2 - SEGMENTO DE ALUGUEL DE CARROS (RAC)

No 1T15, a Receita Líquida relacionada ao segmento de Aluguel de Carros – RAC (não inclui Franquias) apresentou um aumento de 18,1% em relação ao 1T14, passando de R\$63,0 MM para R\$74,4 MM, crescimento este decorrente, essencialmente, do avanço do número de diárias em 26,7%.

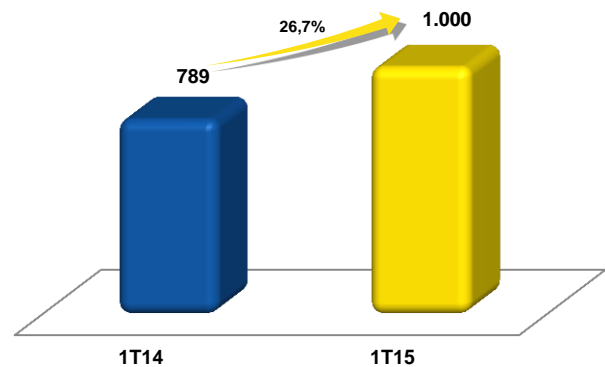
No 1T14, a Receita Líquida do segmento de Aluguel de Carros considerava o montante de R\$2,7 MM referente ao faturamento centralizado de franquias. Já no 1T15, esta receita assim como as despesas correspondentes estão sendo ativadas.

Em uma base comparável, a Receita Líquida Ajustada no 1T14 seria de R\$60,3 MM, resultando num crescimento de 23,4% quando comparada a Receita Líquida do 1T15.

Receita Líquida Ajustada - Aluguel de Carros (R\$MM)



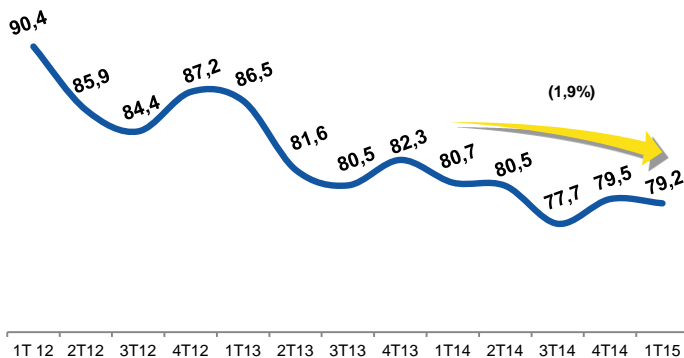
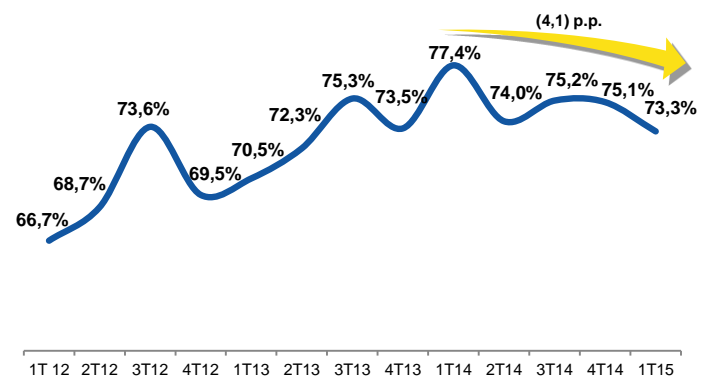
Nº Diárias - Aluguel de Carros (Mil)



A Tarifa Média diária praticada no segmento de RAC no 1T15 foi de R\$79,2, inferior em 1,9% ao valor apurado no 1T14 que foi de R\$80,7.

Esta redução da Tarifa Média diária é explicada pelo aumento do peso das receitas de aluguel em segmentos que apresentam um ticket médio inferior à média geral da Companhia. Esses segmentos, como, por exemplo, o do veículo substituição das seguradoras (*replacement*), têm prazos de locação mais longos e não apresentam sazonalidade de demanda, o que permite obter taxas de ocupação mais elevadas.

A Taxa de Ocupação dos veículos no segmento de RAC foi de 73,3% no 1T15, diminuindo em 4,1 p.p. em relação à taxa de 77,4% obtida no 1T14. Essa queda deveu-se a um maior volume de compra de veículos destinados ao RAC efetuada no último trimestre de 2014, devido a condições comerciais vantajosas oferecida pelas montadoras.

Tarifa Média - Aluguel de Carros (R\$)⁽¹⁾Taxa de Ocupação - Aluguel de Carros - %⁽²⁾

(1) Tarifa média – Aluguel de Carros é calculada com base na receita bruta dividida pelo número de diárias, excluindo as diárias de locação interna e os itens não considerados como componente da tarifa (ex.: avarias debitadas aos Clientes).

(2) O cálculo da taxa de ocupação inclui as diárias de sublocação para o segmento de Terceirização de Frotas.

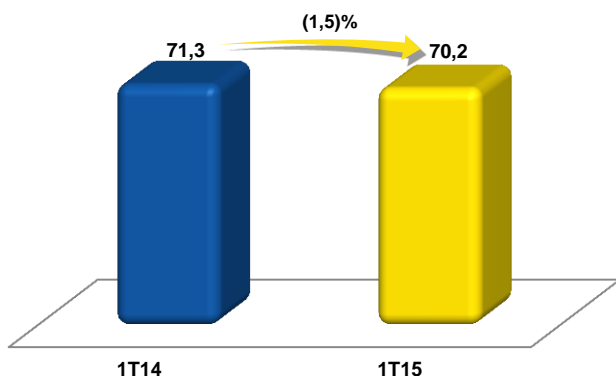
3 - SEGMENTO DE TERCEIRIZAÇÃO DE FROTA (TF)

No 1T15, a Receita Líquida proveniente do negócio de Terceirização de Frota – TF apresentou uma queda de 1,5% com relação ao 1T14, passando de R\$71,3 MM para R\$70,2 MM. A frota média operacional no 1T15 reduziu em 3,7%, com relação ao 1T14. Entretanto, o tíquete médio total da carteira de contratos de TF apresentou um crescimento de 7,4% no comparativo dos trimestres.

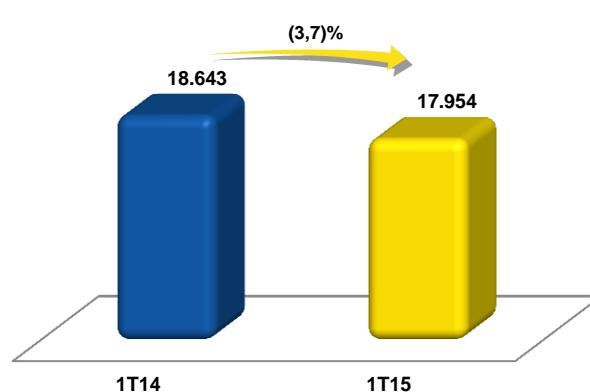
Esta redução da frota média operacional da Companhia no 1T15 é resultado de um ambiente econômico mais difícil e comercial mais competitivo em termos de preço, no qual a Companhia manteve a sua postura conservadora visando rentabilizar o capital investido.

No entanto, é de salientar que já existe a sinalização de uma recuperação da frota média operacional e da receita líquida de terceirização de frota, pois no comparativo do 4T14 com o 4T13 verificava-se quedas maiores de 8,9% e de 2,6%, respectivamente, em cada um daqueles indicadores.

Receita Líquida - Terceirização de Frota (R\$MM)



Frota Média Operacional -Terceirização de Frota -Nº Carros

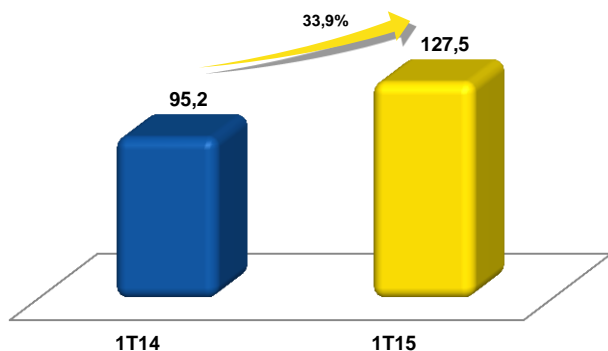


4 - SEMINOVOS

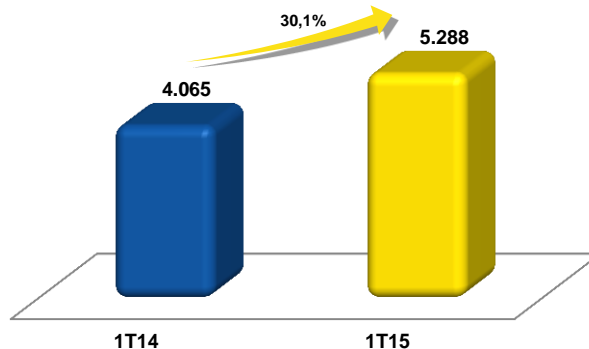
No 1T15, a receita foi de R\$127,5 MM, representando um aumento de 33,9% em relação à receita obtida no 1T14, resultado este devido ao aumento da quantidade de veículos vendidos em 30,1% e do aumento de 3,0% no preço médio de venda dos veículos.

No final do 1T15, o estoque de veículos para venda era de 3.955 unidades.

Receita Líquida - Seminovos (R\$MM)

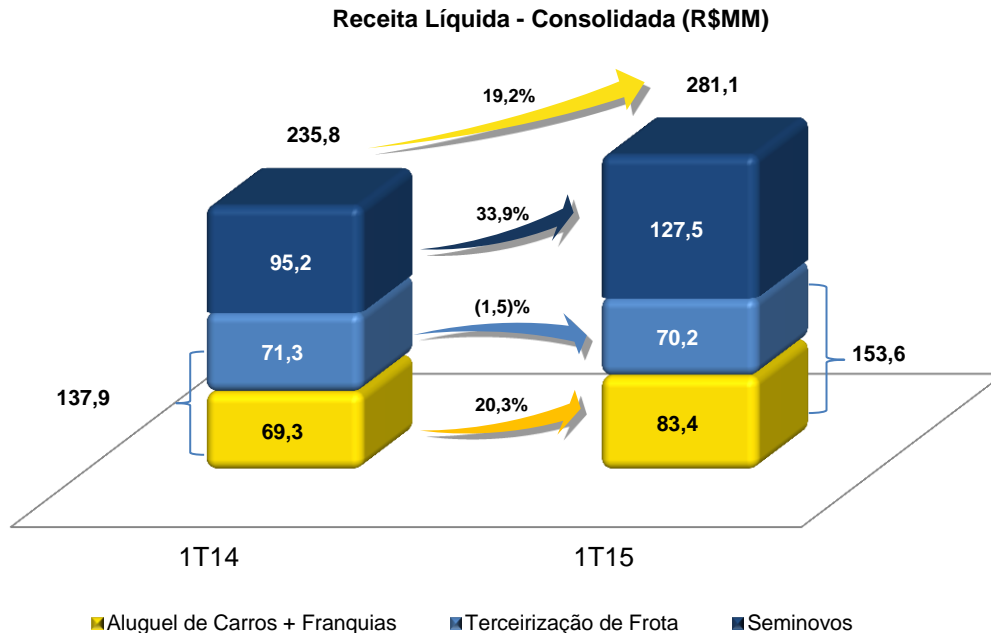


Nº de Veículos Vendidos



5 - RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

No 1T15, a Receita Líquida Consolidada da Companhia foi de R\$281,1 MM, apresentando uma elevação de 19,2% quando comparada aos R\$235,8 MM obtidos no 1T14, e de 20,6% se considerarmos a Receita Líquida Consolidada Ajustada (excluindo o faturamento centralizado das franquias de R\$2,7 MM).



A Receita Líquida dos negócios de locação (RAC + TF + Franquias) no 1T15 foi de R\$153,6 MM, superior em 9,2% aos R\$140,6 MM no 1T14.

Entretanto, ao considerarmos a Receita Líquida Ajustada de R\$137,9 MM dos negócios de locação (RAC + TF + Franquias) no 1T14, o crescimento quando comparado ao valor de R\$153,6 MM do 1T15 seria de 11,4%.

6 - CUSTOS E DESPESAS

No 1T15 o Custo Operacional excluindo o Custo dos Veículos Vendidos apresentou um aumento de 11,9% no comparativo com 1T14, passando de R\$83,7 MM para R\$93,7 MM, devido aos seguintes fatores: i) aumento de 20,0% no Custo de Pessoal devido à abertura de novas lojas de Aluguel de Carros e de Venda de Seminovos no período; ii) redução de 1,0% nas Despesas de Manutenção de Veículos. Porém, numa base comparável, os custos de manutenção de veículos do 1T14 ajustados pelos custos do faturamento centralizado de franquias no montante de R\$2,7 MM, apresentariam um crescimento de 8,8 % quando comparado ao 1T15, devido basicamente ao aumento da frota operacional; iii) crescimento de 11,5% nos custos de Depreciação e Amortização, refletindo, principalmente, o aumento da frota no período; iv) aumento em Outras Despesas devido a uma elevação na provisão de veículos roubados e sinistrados assim como por um aumento nas despesas de aluguel devido ao maior número de lojas do RAC e de Seminovos.

O Custo dos Veículos Vendidos cresceu 31,1%, abaixo do crescimento de 33,9% da receita de seminovos, evidenciando uma melhoria da margem de venda.

Numa base comparável, o Custo Operacional Ajustado excluindo-se o Custo de Veículos Vendidos no 1T14 seria de R\$81,0 MM e o Custo Operacional Total seria de R\$165,5 MM, representando assim aumentos de 15,7% e 23,6% quando comparado ao 1T15, respectivamente.

1T15

Comentários de Desempenho

Custos Operacionais (R\$MM)	1T15	1T14	Var.
Custo de Pessoal	11,4	9,5	20,0%
Despesas de Manutenção de Veículos	29,8	30,1	(1,0)%
Depreciação e Amortização	43,5	39,0	11,5%
Outros	9,0	5,1	76,5%
Subtotal Custos	93,7	83,7	11,9%
Custo dos Veículos Vendidos	110,8	84,5	31,1%
Custo Operacional Total	204,5	168,2	21,6%
% da Receita Líquida	72,7%	71,3%	1,4 p.p.

No 1T15, o total das Despesas Operacionais apresentou um crescimento de 15,0%, passando de R\$30,2 MM no 1T14 para R\$34,6 MM no 1T15. As Despesas Comerciais cresceram 28,0% devido principalmente a um aumento nas ações de marketing que a Companhia vem realizando e a um aumento da provisão para títulos incobráveis, reflexo da postura conservadora que a Unidas vem adotando. As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram uma elevação de 6,6%, quando comparadas ao 1T14, devido ao aumento das despesas de pessoal resultante essencialmente do dissídio de 2014.

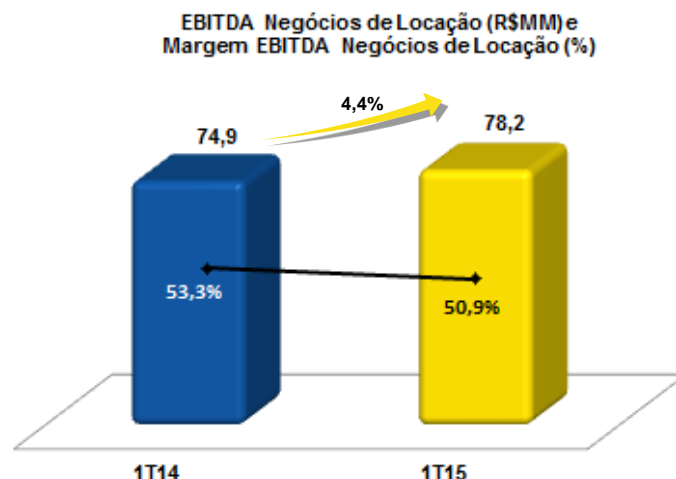
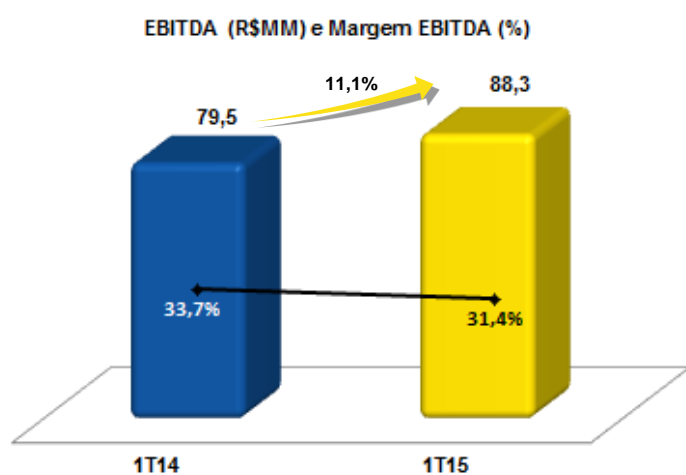
Despesas Operacionais (R\$MM)	1T15	1T14	Var.
Despesas Comerciais	12,8	10,0	28,0%
Despesas Gerais e Administrativas	19,5	18,3	6,6%
Honorários da Administração	0,7	0,7	-
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	1,6	1,2	33,3%
Despesa Operacional Total	34,6	30,2	15,0%
% da Receita Líquida	12,3%	12,8%	(0,5) p.p.

7 - EBITDA

No 1T15, o EBITDA Consolidado apresentou um crescimento de 11,1%, passando de R\$79,5MM no 1T14 para R\$88,3MM no 1T15.

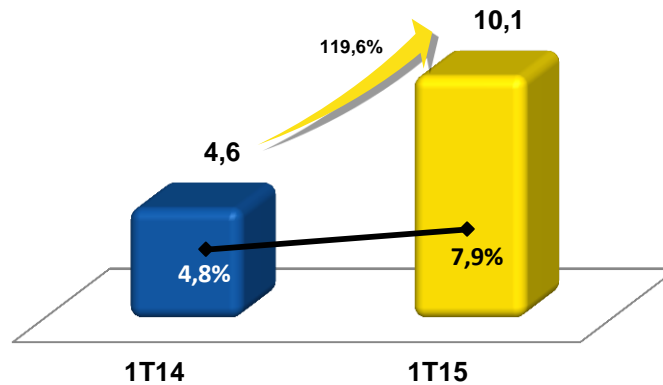
O EBITDA dos Negócios de Locação (RAC + TF + Franquias) apresentou um crescimento de 4,4%, passando de R\$74,9MM no 1T14 para R\$78,2 MM no 1T15.

Ao compararmos o 1T15 com o 1T14, a margem EBITDA Consolidada caiu 2,3 p.p. e a margem EBITDA dos Negócios de Locação caiu 2,4 p.p., devido essencialmente ao maior crescimento do negócio RAC, que apresenta margens EBITDA inferiores às do negócio de TF.



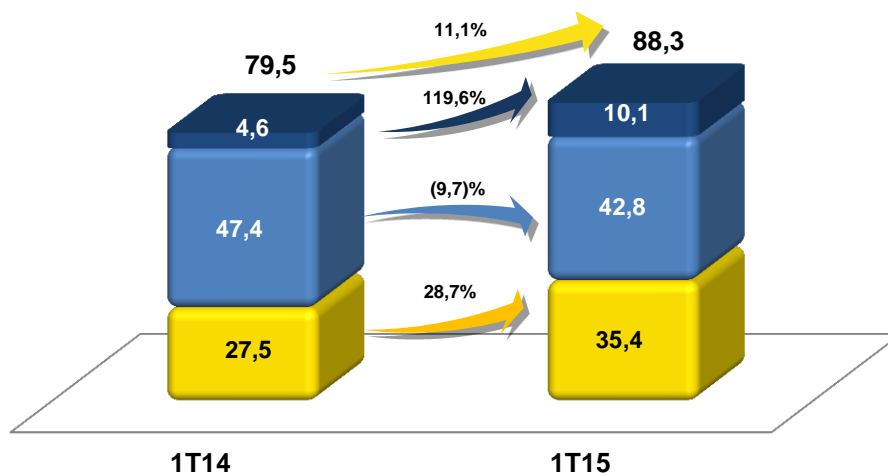
No 1T15, o EBITDA de Seminovos cresceu 119,6% e a margem EBITDA de Seminovos cresceu em 3,1 p.p. atingindo 7,9%. Esse resultado é o reflexo da política conservadora da Companhia na hora de estimar o valor residual dos seus veículos e da melhoria do mercado de venda de veículos seminovos no 1T15 quando comparado ao mesmo período do ano passado.

EBITDA do Segmento de Seminovos (R\$MM) e Margem EBITDA do Segmento de Seminovos (%)



No 1T15, o EBTIDA do segmento de Aluguel de Carros + Franquias cresceu 28,7% e a respectiva margem aumentou em 2,7 p.p. para 42,4%, em função do aumento de receita, o que levou a uma maior diluição dos custos operacionais e consequentemente gerando ganhos de escala. No negócio de Terceirização de Frotas o EBITDA caiu 9,7% e a margem EBITDA diminuiu em 5,5 p.p. para 61,0%.

EBITDA por Negócio (R\$MM)



■ Aluguel de Carros + Franquias ■ Terceirização de Frota ■ Seminovos

Margem EBITDA por Negócio	1T15	1T14	Var.
Terceirização de Frota	61,0%	66,5%	(5,5) p.p.
Aluguel de Carros + Franquias	42,4%	39,6%	2,8 p.p.
Total Locação	50,9%	53,3%	(2,4) p.p.

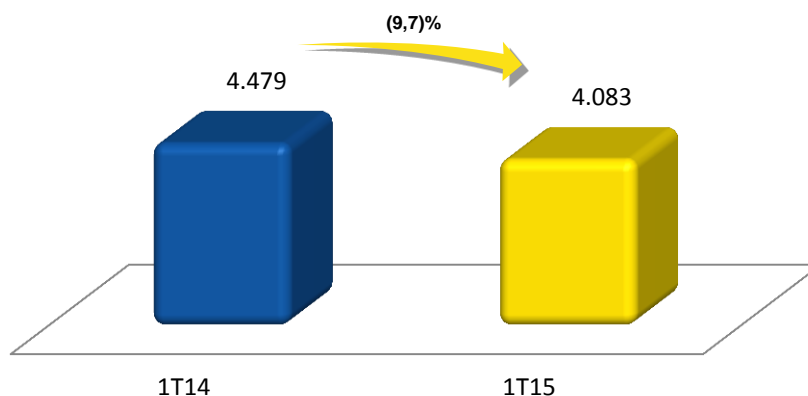
Conforme norma da CVM segue abaixo a tabela com a conciliação do EBITDA da Companhia:

EBITDA (R\$mil)	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
(=) Lucro Líquido do período	8.389	17.047	8.389	17.047
(+) Impostos sobre os lucros	4.897	1.302	4.269	(2.054)
(+) Despesas financeiras líquidas	28.523	21.959	29.345	22.492
(+) Depreciação e amortização	45.089	38.749	46.319	42.063
(+) Participação em sociedades controladas	862	(14.689)	-	-
(=) EBITDA	87.760	64.368	88.322	79.548
EBITDA de Locação	77.683	59.733	78.245	74.913
Receita líquida de locação	113.028	87.869	153.579	140.610
Margem EBITDA de Locação (%)	68,7%	68,0%	50,9%	53,3%

8 - DEPRECIACÃO

A depreciação anual média por carro teve uma redução de 9,7% no comparativo entre 1T15 e o 1T14, passando de R\$4.479 para R\$4.083.

Depreciação por carro (R\$/ano)

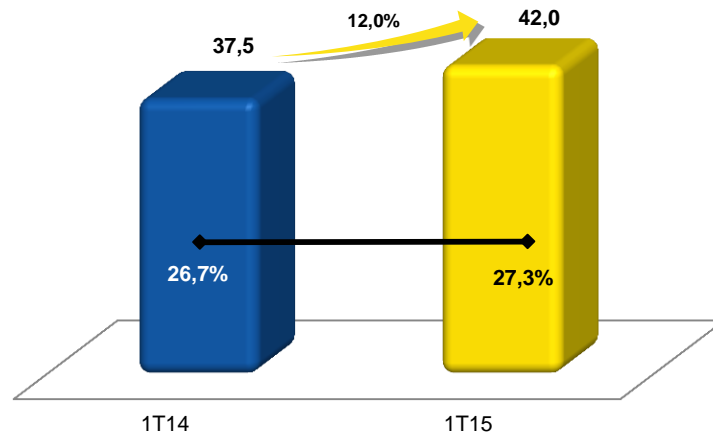


9- EBIT

No 1T15, o EBIT consolidado foi de R\$42,0 MM, ou seja, 12,0% superior ao valor obtido no 1T14, beneficiado essencialmente pelo aumento do EBITDA.

EBIT (R\$MM)	1T15	1T14	Var.
EBIT	42,0	37,5	12,0%
Margem EBIT (Sobre Receita de Locação)	27,3%	26,7%	0,6 p.p.

EBIT (R\$MM) e Margem EBIT(%)

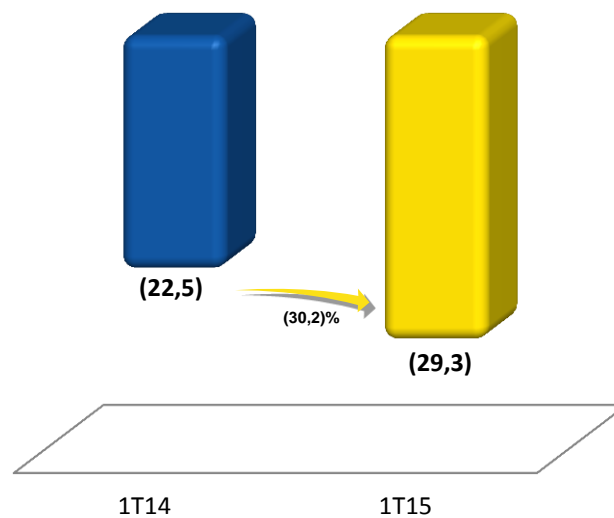


10- RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro aumentou 30,2% decorrente do crescimento da frota média operacional e do aumento do CDI médio no período, que foi de 238 bps (*basis points*), no comparativo do 1T15 com 1T14.

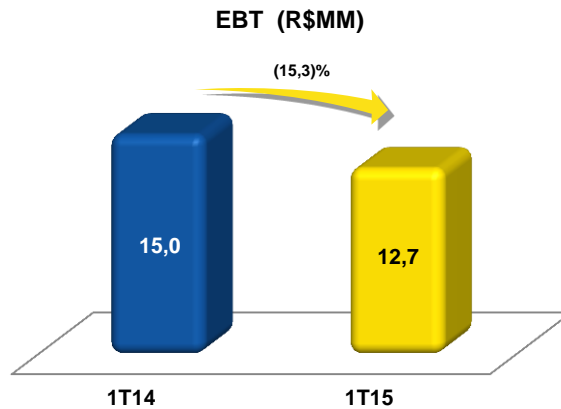
Resultado Financeiro (R\$MM)	1T15	1T14	Var.
Receitas Financeiras	14,2	6,2	129,0%
Despesas Financeiras	(43,5)	(28,7)	(51,6)%
Resultado Financeiro	(29,3)	(22,5)	(30,2)%

Resultado Financeiro (R\$MM)



11 - EBT

No 1T15, o Lucro Antes de Impostos (EBT) da Companhia atingiu R\$12,7 MM, resultado 15,3% inferior ao obtido no 1T14, devido ao forte aumento do custo financeiro ocorrido no período.



12 - RESULTADO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Demonstração do Resultado (R\$MM)	1T15	1T14	Var.
Receita Líquida	281,1	235,8	19,2%
Custos Operacionais	(204,5)	(168,2)	21,6%
Lucro Bruto	76,6	67,6	13,3%
Despesas Operacionais	(34,6)	(30,1)	15,0%
Despesas Financeiras Líquidas	(29,3)	(22,5)	(30,2)%
Lucro antes dos Impostos (EBT)	12,7	15,0	(15,3)%
Imposto Corrente (IRPJ e CSLL)	(0,9)	(3,4)	(73,5)%
Imposto Diferido	(3,4)	5,4	163,0%
Lucro Líquido do Período	8,4	17,0	(50,6)%
Lucro Líquido Ajustado	11,8	11,6	1,7%

No 1T14, foram reconhecidos R\$7,2 MM de Impostos Diferidos da Unidas Locadora. Excluindo-se o efeito líquido dos Impostos Diferidos, o Lucro Líquido da Companhia no 1T15 (Lucro Líquido Ajustado) cresceu 1,7% para R\$11,8 MM.

A Alíquota de Imposto Corrente (Caixa) da Companhia no comparativo do 1T15 com o 1T14, reduziu em 15,3 p.p., passando de 22,6% no 1T14 para 7,3% no 1T15.

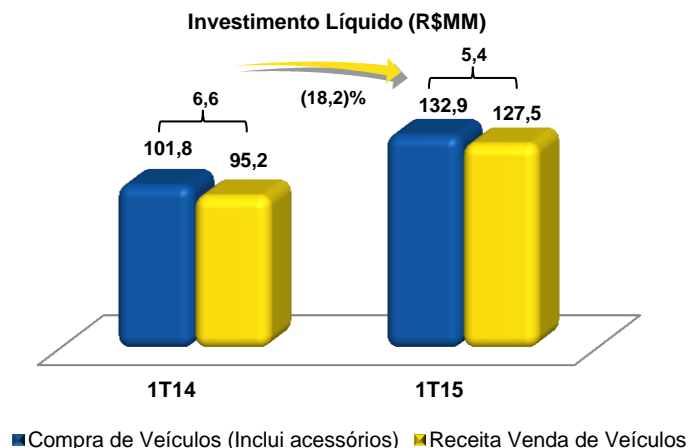
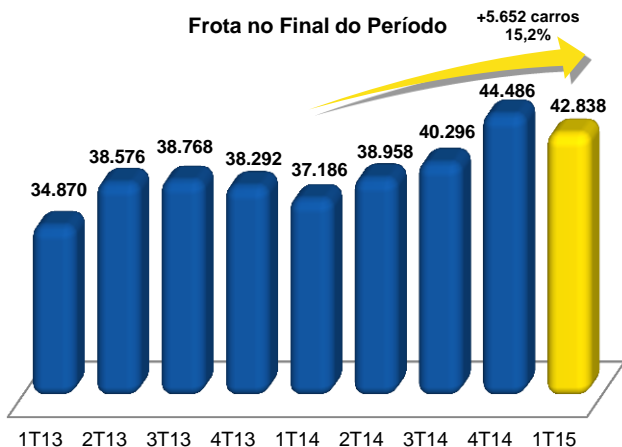
Segue abaixo a conciliação do Lucro Líquido Ajustado nos períodos:

Conciliação do Lucro Líquido (R\$MM)	1T15	1T14	Var.
Lucro Líquido do Período	8,4	17,0	(50,6)%
(-) Imposto Diferido	3,4	(5,4)	(163,0)%
Lucro Líquido do Período ajustado sem os efeitos dos impostos diferidos	11,8	11,6	1,7%

13 - FROTA

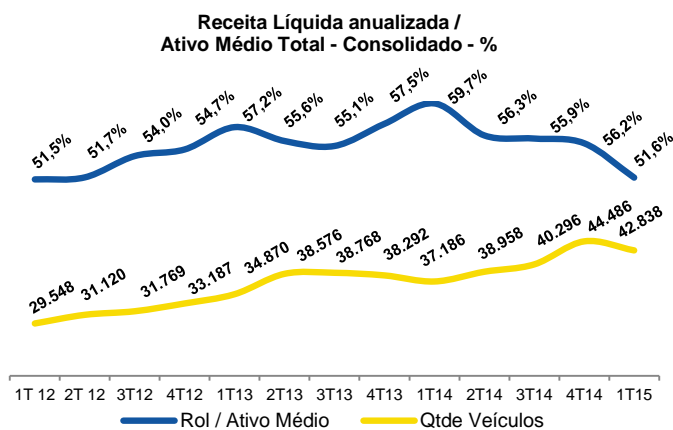
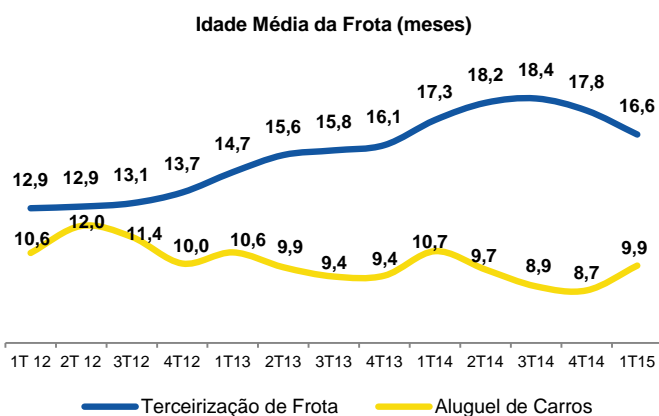
A frota total da Companhia no final do 1T15 atingiu 42.838 veículos, representando um crescimento de 5.652 carros, ou 15,2%, em relação à posição no final do 1T14.

O Investimento Líquido em frota no 1T15 ficou em R\$5,4 MM inferior em 18,2% ao valor líquido de R\$6,6 MM investido no 1T14.



No 1T15, houve uma diminuição na idade média dos veículos da Companhia no segmento de Terceirização de Frota, devido ao maior número de contratos implantados no trimestre. Já a idade média dos carros do segmento de Aluguel de Carros (RAC) sofreu um aumento devido ao reduzido número de veículos adquiridos no período, tal como já é habitual neste negócio.

A Receita Líquida anualizada como percentual do Ativo Médio Total (Giro do Ativo) apresentou uma diminuição de 8,1 p.p no comparativo do 1T15 com o 1T14, devido ao maior número de veículos adquiridos no final do ano de 2014.



1T15 Comentários de Desempenho

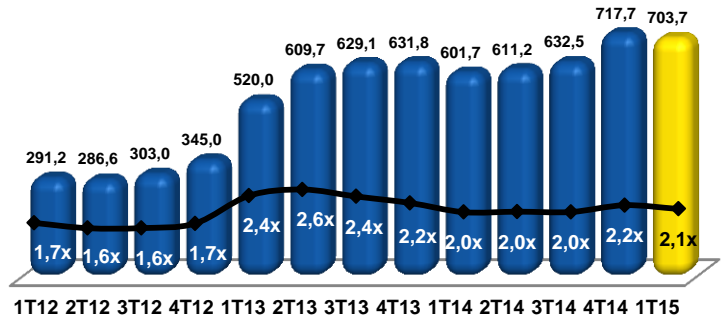
14 - DÍVIDA

No final do 1T15, o endividamento bruto da Unidas, incluindo os juros e deduzindo os custos de captação, atingiu R\$833,2 MM que, descontando o valor do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras, resultaram numa dívida líquida de R\$703,7 MM.

Composição da Dívida em 31/03/15

Instrumento	Custo Médio	Saldo (R\$ MM)	%
2ª Emissão de Debêntures	CDI + 3,07%	289,2	34,7%
3ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,80%	103,2	12,4%
4ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,80%	209,2	25,1%
5ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,81%	119,8	14,4%
Capital de Giro	CDI + 0,62%	111,8	13,4%
Total da Dívida Bruta		833,2	100,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras de Uso Restrito		(129,5)	
Total da Dívida Líquida		703,7	

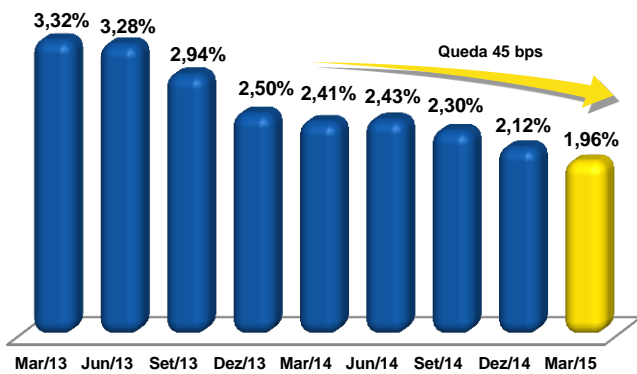
Dívida Líquida (R\$MM) e Dívida Líquida / EBITDA



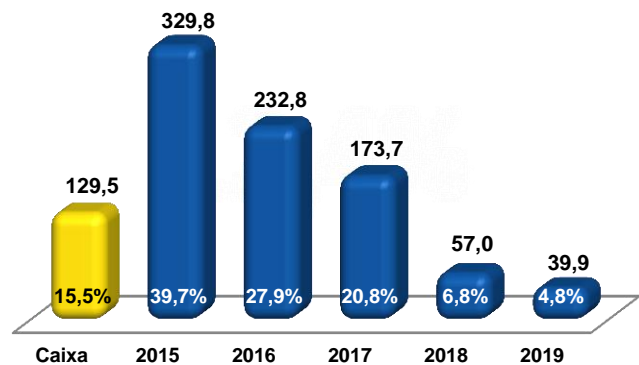
A Companhia vem trabalhando continuamente na melhora do seu perfil de dívida, o que vem resultando numa gradual melhora no custo médio de financiamento. O custo marginal da dívida de longo prazo captada em 2014 está em 1,81% acima do CDI e o custo marginal da dívida de curto prazo, captada em 2015, está em 0,59% acima do CDI.

Em 31 de março de 2015, a Unidas possuía 39,7% do principal da sua dívida vencendo em 2015, enquanto 60,3% vencem no período compreendido entre 2016 e 2019, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Custo Médio Anual da Dívida (Spread CDI +)



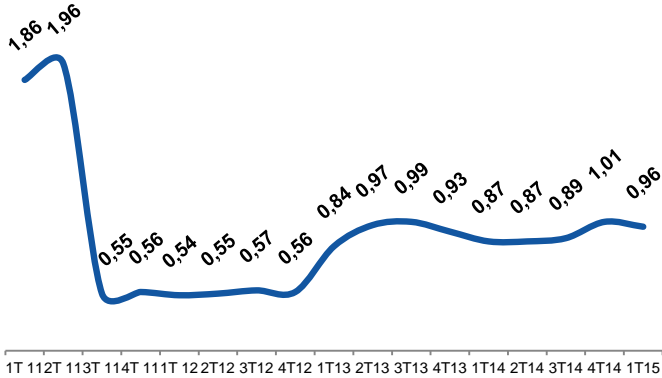
Escalonamento do Pagamento da Dívida (R\$MM)



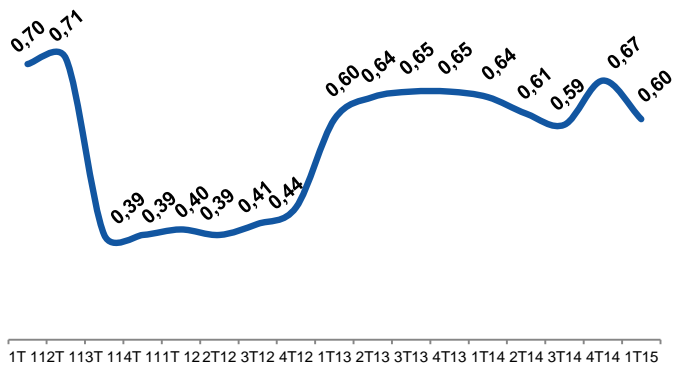
1T15 Comentários de Desempenho

A Companhia apresentou melhorias em todos os indicadores de endividamento, exceto no indicador do índice de cobertura da dívida (EBITDA (LTM) / Resultado Financeiro) devido ao forte aumento do CDI no período.

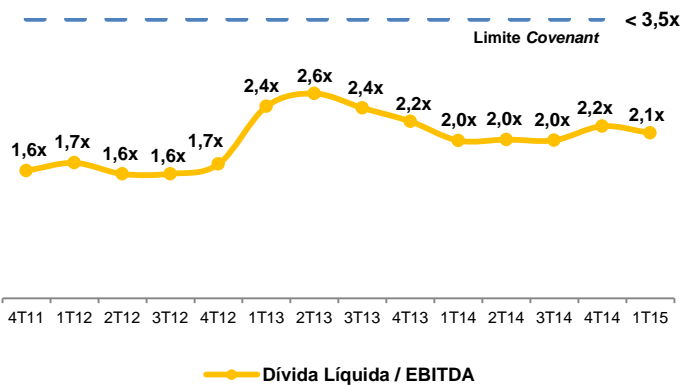
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido



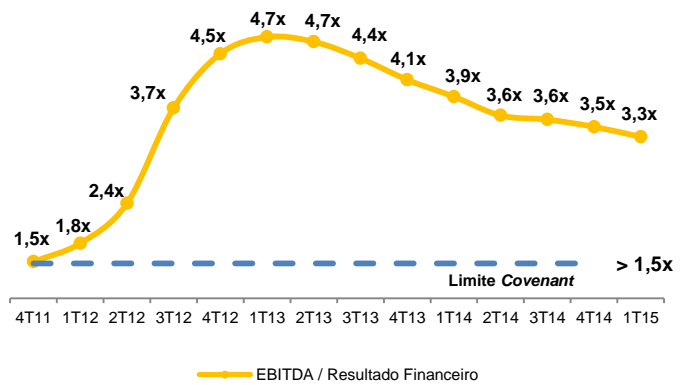
Dívida Líquida / Frota Total



Dívida Líquida / EBITDA (LTM)



EBITDA (LTM) / Resultado Financeiro



No final do 1T15, a Companhia não possuía nenhum percentual da sua frota alienada como garantia de financiamentos, o que confere à Companhia grande flexibilidade para ajustar sua frota e gerar caixa quando necessário.


15 - DADOS OPERACIONAIS

Dados Operacionais	1T15	1T14	Var.
Frota Média Operacional			
Terceirização de Frota	17.954	18.643	(3,7)%
Aluguel de Carros	15.342	11.507	33,3%
Franquias	2.514	1.835	37,0%
Total	35.810	31.985	12,0%
Frota Média Alugada			
Terceirização de Frota	17.954	18.643	(3,7)%
Aluguel de Carros	11.111	8.767	26,7%
Franquias	2.514	1.835	37,0%
Total	31.579	29.245	8,0%
Frota no Final do Período			
Terceirização de Frota	20.901	20.402	2,4%
Aluguel de Carros	18.705	14.444	29,5%
Franquias	3.232	2.217	45,8%
Total	42.838	37.063	15,6%
Idade Média da Frota em Operação (meses)			
Terceirização de Frota	16,6	17,3	(4,0)%
Aluguel de Carros	9,9	10,7	(7,5)%
Franquias	8,1	10,9	(25,7)%
Total	13,3	14,6	(8,9)%
Carros Comprados			
Carros Comprados – Terceirização de Frota	1.981	927	113,7%
Carros Comprados – Aluguel de Carros	1.572	1.788	(12,1)%
Carros Comprados – Franquias	247	245	0,8%
Carros Comprados - Total	3.800	2.960	28,4%
Preço Médio – Terceirização de Frota (R\$ mil)	35,9	37,1	(3,2)%
Preço Médio – Aluguel de Carros (R\$ mil)	33,7	31,7	6,3%
Preço Médio – Franquias (R\$ mil)	32,9	27,9	17,9%
Preço Médio – Total (R\$ mil)	34,8	33,1	5,1%
Carros Vendidos			
Carros Vendidos – Terceirização de Frota	2.936	2.296	27,9%
Carros Vendidos – Aluguel de Carros	1.907	1.368	39,4%
Carros Vendidos – Franquias	445	401	11,0%
Carros Vendidos - Total	5.288	4.065	30,1%
Preço Médio – Terceirização de Frota (R\$ mil)	20,7	22,9	(9,6)%
Preço Médio – Aluguel de Carros (R\$ mil)	28,6	24,0	19,2%
Preço Médio – Franquias (R\$ mil)	27,3	24,4	11,9%
Preço Médio – Total (R\$)	24,1	23,4	3,0%
Idade Média dos Carros Vendidos (Meses)	31,2	28,5	9,5%

PONTOS DE ATENDIMENTO UNIDAS EM 31/03/15		
Região Brasil	Segmento	Nº Pontos
Sudeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	47
	Aluguel de Carros - Franquias	40
	Venda de Veículos - Rede Própria	19
	Venda de Veículos - Franquias	15
	Total Sudeste	121
Sul	Aluguel de Carros - Rede Própria	11
	Aluguel de Carros - Franquias	11
	Venda de Veículos - Rede Própria	1
	Venda de Veículos - Franquias	1
	Total Sul	24
Nordeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	18
	Aluguel de Carros - Franquias	12
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
	Total Nordeste	31
Centro-Oeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	6
	Aluguel de Carros - Franquias	7
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
	Total Centro-Oeste	14
Norte	Aluguel de Carros - Rede Própria	2
	Aluguel de Carros - Franquias	11
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
	Total Norte	14
Total		204

CONTATOS

 **GISOMAR MARINHO**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

 Telefones: (11) 3155-4818

 E-mail: ri@unidas.com.br

 Website: www.unidas.com.br

AVISOS

Esse material possui informações resumidas, sem intenção de serem completas. Maiores informações sobre a Unidas, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes a sua atividade podem ser encontradas nas suas informações trimestrais – ITR, demonstrações financeiras e informações públicas.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Muitos dos fatores que irão determinar os valores e resultados futuros estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

ANEXO 1 – RESULTADO POR NEGÓCIO

Resultado Terceirização de Frota (R\$mil)	1T15	1T14
Receita bruta	77.015	78.220
Impostos sobre a receita	(6.802)	(6.911)
Receita operacional líquida	70.213	71.309
Custos operacionais (ex-depreciação)	(13.826)	(10.606)
Lucro bruto	56.387	60.703
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(13.579)	(13.249)
EBITDA	42.808	47.454
Margem EBITDA	61,0%	66,5%

Resultado Aluguel de Carros (RAC+FRANQUIAS) (R\$mil)	1T15	1T14
Receita bruta	91.442	76.019
Impostos sobre a receita	(8.076)	(6.718)
Receita operacional líquida	83.366	69.301
Custos operacionais (ex-depreciação)	(33.515)	(30.589)
Lucro bruto	49.851	38.712
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(14.414)	(11.253)
EBITDA	35.437	27.459
Margem EBITDA	42,5%	39,6%

Resultado Venda de Veículos (R\$mil)	1T15	1T14
Receita bruta	127.608	95.316
Impostos sobre a receita	(105)	(124)
Receita operacional líquida	127.503	95.192
Custos operacionais (ex-depreciação)	(113.679)	(87.567)
Lucro bruto	13.824	7.625
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(3.747)	(2.990)
EBITDA	10.077	4.635
Margem EBITDA	7,9%	4,9%

Resultado Consolidado (R\$mil)	1T15	1T14
Receita bruta	296.065	249.555
Impostos sobre a receita	(14.983)	(13.753)
Receita operacional líquida	281.082	235.802
Custos operacionais	(161.020)	(128.762)
Lucro bruto	120.062	107.040
Despesas operacionais	(31.740)	(27.492)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	88.322	79.548
Depreciação e amortização	(46.319)	(42.063)
EBITDA	42.003	37.485
Despesas financeiras, líquidas	(29.345)	(22.492)
EBT	12.658	14.993

ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO

Resultado Consolidado (R\$mil)	1T15	1T14
Receita líquida total	281.082	235.802
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos	(204.511)	(168.217)
Lucro bruto	76.571	67.585
Comerciais	(12.805)	(9.980)
Gerais e Administrativas	(19.490)	(18.260)
Honorários da administração	(713)	(656)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.560)	(1.204)
Total despesas operacionais	(34.568)	(30.100)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	42.003	37.485
Receitas financeiras	14.187	6.245
Despesas financeiras	(43.532)	(28.737)
Resultado financeiro líquido	(29.345)	(22.492)
Lucro antes dos impostos sobre os lucros (EBT)	12.658	14.993
Imposto corrente	(926)	(3.381)
Imposto diferido	(3.343)	5.435
Lucro líquido do período	8.389	17.047

ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO (R\$mil)	1T15	1T14
CIRCULANTE	515.039	554.859
Caixa e equivalentes de caixa	76.264	201.205
Aplicações financeiras de uso restrito	53.228	57.159
Contas a receber	240.354	185.178
Impostos e contribuições sociais a compensar	5.594	8.424
Despesas antecipadas	21.972	21.120
Créditos com empresas ligadas	-	9.966
Veículos destinados a venda	112.314	65.894
Outros créditos	5.313	5.913
NÃO CIRCULANTE	1.294.856	1.110.759
Impostos e contribuições sociais a compensar	3.024	3.024
Impostos diferidos	80.849	99.356
Depósitos judiciais	22.524	18.998
Despesas antecipadas	-	-
Outros créditos	38	103
Imobilizado	1.108.072	906.035
Intangível	80.349	83.243
TOTAL DO ATIVO	1.809.895	1.665.618

PASSIVO (R\$mil)	1T15	1T14
CIRCULANTE	549.298	365.700
Fornecedores	62.161	50.858
Empréstimos e financiamentos	111.761	97.381
Debêntures	218.031	179.869
Imposto de renda e contribuição social	116	-
Tributos a recolher	2.220	3.328
Salários e encargos a pagar	7.450	7.009
Débitos com empresas ligadas	1.504	6.102
Adiantamento de clientes	9.098	4.716
Outras contas a pagar e provisões	136.957	16.437
NÃO CIRCULANTE	527.472	606.654
Empréstimos e financiamentos	-	-
Debêntures	503.366	582.869
Provisão para riscos e discussões judiciais	-	23.785
Provisões para contingências	24.106	-
Impostos diferidos	-	-
Adiantamento de clientes	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	733.125	693.264
Capital social	744.025	744.025
Reserva de opções	2.919	2.386
Reserva de capital	33.431	33.431
Prejuízos acumulados	(47.250)	(86.578)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.809.895	1.665.618

ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO DO PERÍODO

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (R\$mil)	1T15	1T14
Caixa e equivalentes de caixa - Inicial	33.673	210.794
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	8.390	17.047
(+) Despesas não caixa	189.580	154.775
Variações nos ativos	(29.181)	(29.587)
Variações nos passivos	4.087	210
Aquisição de veículos, líquida do saldo a pagar a montadora de veículos	(122.523)	(80.995)
Aquisição de acessórios para veículos	(1.206)	-
(=) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	49.147	61.450
Fluxo de caixa dos investimentos		
Aquisição de outros imobilizados	(6.580)	(3.561)
Adição ao intangível	(1.326)	(961)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5.387	(6.229)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.519)	(10.751)
Fluxo de caixa dos financiamentos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	70.000	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(74.037)	(60.288)
(=) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(4.037)	(60.288)
(=) Fluxo de caixa do período	42.591	(9.589)
Caixa e equivalentes de caixa - Final	76.264	201.205

Notas Explicativas

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais (Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Unidas S.A. (a seguir designada “Companhia” ou “Unidas”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede social em São Paulo – SP, na rua Cincinato Braga, 388 – Bela Vista.

A Companhia tem por objeto social: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso sob licença, ou sub licenciamento de marcas de locação e do sistema operacional de locação das empresas da Companhia societário ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e dos recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sócia quotista; (i) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a Companhia vende seus veículos usados.

Em 31 de março de 2015, a estrutura da Companhia incluindo seus franqueados, era composta de: 204 pontos de atendimento, dos quais 84 eram lojas próprias de aluguel de carros e 20 lojas próprias de venda de seminovos, ambos operados pela Unidas e 100 empresas franqueadas, sendo 81 lojas de aluguel de carros e 19 lojas de vendas de seminovos. O sistema de franquias da Unidas é administrado pela controlada Unidas Franquias do Brasil S.A.

Na mesma data, a frota da Unidas era composta por: 42.838 veículos (37.186 veículos em 31 de março de 2014), sendo 20.901 no negócio de aluguel e administração de frotas (“fleet”) e 21.937 pertencentes ao negócio de locação de veículos (“rent a car” ou “RAC”). A frota do “rent a car” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 24 meses, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais através de 39 lojas (próprias e franqueadas) de alienação de veículos para renovação da frota, localizadas em 08 Estados do Brasil.

O segmento de aluguel e administração de frotas é direcionado para empresas. O período de locação de veículos para frota varia de 12 a 48 meses. Os contratos são rescindíveis mediante comunicação prévia de 30 dias e multas contratuais que variam de 50% a 25% dos pagamentos a vencer, dependendo dos prazos de contratação e cláusulas de renovação. A frota do “fleet” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 48 meses.

Notas Explicativas

2 Incorporação de controlada

Conforme aprovado em assembléia geral extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2014, a Companhia incorporou os saldos da empresa Best Fleet Locadora de Veículos Ltda. O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos e passivos incorporados:

31/01/2014	
Ativo	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	817
Contas a receber	18.039
Impostos e contribuições sociais a compensar	10
Despesas antecipadas	378
Créditos com empresas ligadas	41.927
Outros créditos	367
Total do ativo circulante	61.538
Ativo não circulante	
Depósitos judiciais	5
Imobilizado	103.329
Intangível	17
Total do ativo não circulante	103.351
Total do ativo	164.889

31/01/2014	
Passivo e patrimônio líquido	
Passivo circulante	
Fornecedores	636
Tributos a recolher	1.922
Salários e encargos a pagar	302
Débitos com empresas ligadas	344
Adiantamentos de clientes	2.357
Outras contas a pagar e provisões	85
Total do passivo circulante	5.646
Passivo não circulante	
Impostos diferidos passivo	5.734
Total do passivo não circulante	5.734
Patrimônio líquido	
Capital social	130.000
Lucros acumulados	23.509
Total do patrimônio líquido	153.509
Total do passivo e do patrimônio líquido	164.889

O processo de incorporação foi concluído em 31 de janeiro de 2014, com a emissão do laudo contábil preparado por avaliador especializado e independente.

A incorporação, nos termos do artigo 225 da Lei 6.404 de 1.976, teve por objetivo melhorar a sinergia na terceirização de frota executiva e reforçar a presença em clientes corporativos no segmento de alto padrão.

Notas Explicativas

3 Bases de consolidação

As informações consolidadas em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços é assim resumida:

Empresas	Participação%		Atividade principal	Localização
	Participação% Direta	Participação% Indireta		
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,99	-	Comércio de veículos usados	São Paulo
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	99,99	-	Locação de veículos – “Rent a Car”	São Paulo
Unidas Franquias do Brasil S.A.	-	99,99	Locação de Veículos e Terceirização de frotas	São Paulo

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizadas, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas informações trimestrais individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas da Companhia e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de informações trimestrais.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06 de maio de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão

Notas Explicativas

apresentadas nas notas explicativas 8 e 9, respectivamente.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 19 – Imobilizado (depreciação de veículos e definição do valor residual).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no trimestre findo em 31 de março de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 13 – Contas a receber (movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”));
- Nota explicativa 18 – Veículos destinados a venda (provisão para veículos roubados e sinistrados e definição do valor residual);
- Nota explicativa 19 – Imobilizado (depreciação de veículos e definição do valor residual);
- Nota explicativa 25 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos (disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Notas explicativa 26 – Provisão para riscos e discussões judiciais.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as

Notas Explicativas

mensurações significativas de valor justo para reportar ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações trimestrais em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 18 – Veículos destinados a venda;
- Nota explicativa 28 – Plano de remuneração baseado em ações;
- Nota explicativa 36 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Nota explicativa 18 – Veículos destinados a venda;
- Nota explicativa 28 – Plano de remuneração baseado em ações;
- Nota explicativa 36 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

8 Mudanças nas políticas contábeis

Não houveram mudanças nas políticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias, desta forma, a Companhia tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 9 a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

A Companhia adotou antecipadamente em suas informações trimestrais individuais o pronunciamento *Equity Method in Separate Financial Statements – Amendments to IAS 27* que permitiu a aplicação do método de equivalência patrimonial para a avaliação de investimentos em informações trimestrais separadas de acordo com as IFRS (a adoção antecipada também foi permitida pela revisão do

Notas Explicativas

Pronunciamento Técnico nº 07 emitido pelo CPC em dezembro de 2014 e aprovado pela CVM). A adoção desse pronunciamento seria aplicável somente para períodos anuais que se iniciem em ou após 1º de janeiro de 2016.

9 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo:

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para imparidade. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

ii. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações trimestrais de controladas são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações trimestrais individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iii. Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Notas Explicativas

iv. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

v. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

ii. Prestação de serviços

A Companhia está envolvida na realização de serviços relacionados. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação.

iii. Tributação sobre as receitas

As receitas de aluguel de veículos estão sujeitas ao Programa de Integração Social - PIS (1,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (7,60%).

As receitas decorrentes da venda de veículos são exclusivamente sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, quando os veículos são vendidos em menos de 12

Notas Explicativas

meses da data de aquisição, a alíquotas variáveis de acordo com o Estado em que opera.

As respectivas receitas se apresentam líquidas dos referidos encargos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes do critério de apuração pela não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos aluguéis na demonstração do resultado. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre as vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Perdas por imparidade em ativos financeiros (que não contas a receber).

As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e condições de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço e condições de desempenho na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseados em

Notas Explicativas

ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

iii. Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

iv. Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Notas Explicativas

ii. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações trimestrais e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

f. Veículos destinados à venda

Os estoques de veículos fora de frota que se destinam à venda estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido estimado de realização, dos dois o menor. São classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio do uso contínuo. Esta condição é considerada cumprida quando a venda for provável e o veículo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. Esses bens não são depreciados.

g. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (imparidade).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

ii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens (exceção ao item veículos). A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os veículos destinados à locação são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização destes veículos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de veículo para veículo, de acordo com a data em que foi comprado, o valor pago e a data e o valor estimado de venda. A vida útil dos veículos é revisada mensalmente, e ajustada quando aplicável. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado.

A depreciação dos veículos compõe o custo dos alugueis e veículos vendidos, e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil dos ativos), são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

As vidas úteis médias estimadas nos períodos de 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

• Veículos	2 a 3 anos
• Acessórios	2 a 3 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Instalações	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
• Outros ativos	5 anos
• Imóveis	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Notas Explicativas

h. Intangíveis

i. *Ágio*

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii. *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. *Amortização*

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis médias estimadas períodos de 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

• Software	5 anos
• Direito de uso de marcas	7 anos
• Acordo de não competição	5 anos
• Carteira de clientes	11 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

i. *Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da

Notas Explicativas

titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Os investimentos financeiros são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias.

iii. Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

iv. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Notas Explicativas

j. Redução ao valor recuperável (imparidade)

i. *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de imparidade.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a mesma não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Notas Explicativas

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é mais provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

l. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são

Notas Explicativas

apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme CPC aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

m. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa. Os efeitos não caixa que não afetaram a DFC estão apresentados como divulgação suplementar abaixo:

Divulgação suplementar às demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos				
Total de aquisições de veículos	(131.732)	(99.794)	(131.732)	(100.865)
Saldo inicial do período (*)	(156.694)	(24.861)	(156.694)	(24.955)
Saldo final do período (*)	(165.903)	(44.648)	(165.903)	(44.825)
	9.209	19.787	9.209	19.870
Caixa pago na aquisição de veículos	(122.523)	(80.007)	(122.523)	(80.995)

(*) O saldo inicial e final do período trata-se da soma das linhas de fornecedores montadoras e títulos a pagar classificados em outras contas a pagar (Nota explicativa 22).

10 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas informações trimestrais. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (*Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Notas Explicativas

IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas informações trimestrais e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações trimestrais consolidadas da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento)
- *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

11 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	2.345	4.698	4.118	5.119
Investimentos financeiros:				
Certificado de depósitos bancários (CDB's)	17.724	21.489	17.758	21.587
Debêntures compromissadas	53.696	5.611	54.650	7.101
(-) Prov. IRRF s/ aplicações financeiras	(262)	(132)	(262)	(134)
	73.503	31.666	76.264	33.673

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Os investimentos financeiros correspondem às operações realizadas junto à instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas em condições e taxas normais de mercado de até 100% do CDI, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

As debêntures compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra por parte dos bancos, e de revenda pelo cliente, com taxas e prazos pré-determinados.

Notas Explicativas

Parte dos títulos relativos às debêntures compromissadas estão classificados como “Caixa e equivalentes de caixa”, por possuírem prazo de carência inferior a 90 dias para resgate ou por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate imediato.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 36.

12 Aplicações financeiras de uso restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Certificado de depósitos bancários (CDB's)	53.228	58.615	53.228	58.615
	53.228	58.615	53.228	58.615

Referem-se a certificados de depósitos bancários, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do Balanço Patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, sendo remuneradas com taxas de até 100% do CDI, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações são destinadas ao pagamento do serviço da dívida das Emissões de Debêntures da Unidas, apresentadas na nota explicativa 24, e somente podem ser sacados pelo agente fiduciário das debêntures.

13 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Locações (Fleet e Rent a car)	87.123	90.212	164.063	159.181
A faturar (Rent a car)	5.976	4.523	41.153	43.858
Carros alienados para renovação da frota	48.522	40.542	48.522	40.542
Outros valores a receber	-	-	4	4
	141.621	135.277	253.742	243.585
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(9.252)	(16.036)	(13.388)	(18.740)
	132.369	119.241	240.354	224.845

A abertura do saldo por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
A faturar	5.974	4.523	41.152	43.858
Faturados:				
A vencer	58.833	54.359	101.384	90.807
Vencidos				
1 a 30 dias	14.530	12.651	21.482	22.345
31 a 60 dias	9.268	10.096	13.999	14.032
61 a 90 dias	3.258	4.266	6.301	7.107
91 a 120 dias	4.113	4.988	8.053	7.236
121 a 365 dias	30.037	24.465	40.548	34.607
Vencidos há mais de 1 ano	15.608	19.929	20.823	23.594
	141.621	135.277	253.742	243.585

Notas Explicativas

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Saldos no início do período	(16.036)	(27.840)	(18.740)	(30.184)
Constituição da perda estimada (a)	(64)	(5.652)	(1.496)	(9.748)
(-) Reversões	6.848	17.456	6.848	21.192
Saldo no final do período	(9.252)	(16.036)	(13.388)	(18.740)

- (a) A constituição da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada como redução das contas a receber. É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, incluindo principalmente saldos vencidos há mais de um ano, análise do histórico de perda, análise individual de determinados clientes e cobranças em discussão judicial.

14 Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
IRRF sobre serviços prestados	52	52	52	52
IRRF sobre aplicações financeiras	4.468	4.028	4.481	4.039
IRPJ a compensar	264	441	356	447
CSLL a compensar	46	46	76	46
INSS a compensar	572	572	572	572
PIS/COFINS (a)	2.076	2.076	3.025	3.025
Outros	56	55	56	57
	7.534	7.270	8.618	8.238
Ativo circulante	5.458	5.194	5.594	5.214
Ativo não circulante	2.076	2.076	3.024	3.024

- (a) Os créditos de PIS/COFINS em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro 2014 referem-se, principalmente, ao registro de créditos extemporâneos sobre gastos com publicidade e propaganda, despesas com terceirização de serviços de tecnologia da informação e benefícios à empregados.

15 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Prêmios de seguros	4.728	1.455	4.728	1.455
Seguros obrigatórios e licenciamentos de veículos	2.480	638	2.480	638
IPVA	10.026	-	10.026	-
Gastos com preparação de veículos usados	1.278	1.210	1.278	1.210
Publicidade e Propaganda	-	-	2.232	-
Outras	1.175	258	1.228	258
	19.687	3.561	21.972	3.561

Notas Explicativas

16 Divulgações sobre partes relacionadas

Controladas

Conforme mencionado na Nota Explicativa 3, a Companhia possui as seguintes controladas:

- Unidas Locadora de Veículos Ltda.
Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio “rent a car” ou “RAC”. A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Locadora de Veículos Ltda. em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014;
- Unidas Comercial de Veículos Ltda.
Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio de venda de carros alienados para renovação da frota que os clientes oferecem como parte de pagamento na compra realizada na Unidas S.A. A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Comercial de Veículos Ltda. em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014;
- Unidas Franquias do Brasil S.A.
Controlada indireta sediada no Brasil, que conduz o negócio de Franquias. A controlada Unidas Locadora de veículos Ltda. detém participação societária de 99,99% na Unidas Franquias do Brasil S.A. em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Acionistas

- SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.
A SAG GEST, empresa sediada em Portugal, detém participação societária de 32,8% na Unidas S.A. em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014;
- Novinela BV.
Sediada na Holanda, subsidiária da SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. A Novinela BV detém participação societária de 1,9% na Unidas S.A. em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014;
- Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações e o Kinea Co-Investimento II.
Empresas sediadas no Brasil, que detém, respectivamente, participação societária de 5,4% e 16,3% na Unidas S.A. em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014. São empresas geridas pela Kinea, Investimentos Ltda., uma empresa de investimentos alternativos do Grupo Itaú com gestão e operação independentes;
- Vinci Partners.
Empresa situada no Brasil, detém participação societária de 21,8% na Unidas S.A. em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014. É uma empresa independente com atuação especializada em serviços de gestão de investimentos alternativos e assessoria financeira;
- GIF IV Fundo de Investimento em Participações.

Notas Explicativas

Empresa situada no Brasil, que detém participação societária de 21,8% na Unidas S.A. em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014. O GIF IV Fundo de Investimento em Participações é gerido pela Gávea Investimentos Ltda.

Os saldos e transações realizadas com partes relacionadas em 31 de março de 2015 e 2014 e 31 de dezembro 2014 estão demonstrados a seguir:

Partes Relacionadas	Ano	Receitas	Custos	Valores a receber	Valores a pagar
Controladas					
Unidas Locadora de Veículos Ltda. (a)	31/03/2015	54.009	(5.731)	77.436	2.048
	31/12/2014	(*)	(*)	79.106	9.851
	31/03/2014	32.027	(1.958)	(*)	(*)
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (b)	31/03/2015	-	-	13.267	-
	31/12/2014	(*)	(*)	8.334	-
	31/03/2014	2	-	(*)	(*)
Unidas Franquias do Brasil S.A. (c)	31/03/2015	25	-	7.319	19.568
	31/12/2014	(*)	(*)	7.319	19.238
Controladora e empresas ligadas					
SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. (d)	31/03/2015	-	-	-	1.504
	31/12/2014	(*)	(*)	-	1.504
Consolidado					
	31/03/2015	-	-	-	1.504
	Circulante	-	-	-	1.504
	31/12/2014	-	-	-	1.504
	Circulante	-	-	-	1.504
Controladora					
	31/03/2015	54.034	(5.731)	98.022	23.120
	Circulante	-	-	98.022	23.120
	31/12/2014	(*)	(*)	94.759	30.593
	Circulante	-	-	94.759	30.593
	31/03/2014	32.052	(1.958)	(*)	(*)
	Circulante	-	-	(*)	(*)

- (a) O saldo a receber refere-se a locação de veículos e despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da Controlada e sem remuneração, que serão liquidadas futuramente. O saldo a pagar refere-se a despesas incorridas pela Controlada em favor da Companhia, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. Os valores que afetaram o resultado referem-se a receitas de locação e custos indiretos.
- (b) O saldo a receber refere-se a despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente.
- (c) O saldo a receber refere-se a despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. O saldo a pagar refere-se a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. Os valores que afetaram o resultado referem-se ao repasse dos custos indiretos da Unidas S.A. para a Unidas Franquias, tais como despesas com pessoal, ocupação e serviços terceirizados.
- (d) O saldo a pagar refere-se a captação de empréstimo com a controladora SAG GEST, captado em 29 de julho de 2013, sem incidência de juros, nem sujeito a variação cambial do Euro, com vencimento original em 31 de março de 2014, e prorrogado para 31 de julho de 2016.

(*) Para manter a comparabilidade, apresentamos no quadro acima as informações de resultado em 31 de março de 2015 e 2014 e para fins de balanço 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de março de 2015, as despesas incorridas pela Companhia em favor das suas controladas ou coligadas, referem-se a custos operacionais de naturezas diversas, bem como compartilhamento de gastos entre as investidas,

Notas Explicativas

para o ressarcimento de despesas tais como salários e encargos trabalhistas, suportando as atividades administrativas destas empresas.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas em condições firmadas entre as partes. Os saldos em aberto em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não têm garantias, não estão sujeitos a juros e serão liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer valores a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. No trimestre findo em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social ou quando há algum indicativo de perda por redução ao valor recuperável, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

Transações com outras partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 11 e 12, a Companhia possui aplicações em CDB's, cujo saldo consolidado em 31 de março de 2015 é de R\$ 124.118 (R\$80.202 em 31 de dezembro de 2014). Parte dessas aplicações, R\$419 em 31 março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, foi contratada junto ao Banco Itaú BBA, instituição financeira que é parte relacionada da Companhia através de seus acionistas Kinea I Private Equity e Kinea Co-Investimento II.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 33, as despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2015 da controladora e do consolidado, totalizaram R\$525 e R\$713 (R\$460 e R\$656 em 31 de março de 2014), respectivamente.

17 Investimentos

As participações em sociedades controladas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as informações trimestrais das empresas controladas em 31 de março de 2015, considerando os seguintes percentuais de participação:

	Participação no Capital Integralizado %	Equivalência Patrimonial		Valor do Investimento		Provisão para perda com investimento	
		31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Controladas							
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	99,99%	(867)	13.060	52.973	53.841	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,99%	5	(9)	-	-	(7.927)	(7.932)
Best Fleet Locadora de Veículos Ltda. (*)	99,99%	-	1.638	-	-	-	-
		(862)	14.689	52.973	53.841	(7.927)	(7.932)

(*) No resultado do período até 31 de janeiro de 2014.

Notas Explicativas

Informações sobre as controladas

	Unidas Locadora		Unidas Comercial		Unidas Franquias (a)	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativo	146.440	146.796	9.200	3.997	23.174	22.445
Passivo	93.467	92.955	17.127	11.929	10.539	10.762
Patrimônio líquido	52.973	53.841	(7.927)	(7.932)	12.635	11.683
Lucro líquido (prejuízo) do período (3 meses)	(867)	13.060	5	(9)	952	635

(a) Controlada indireta da Unidas S.A.

18 Veículos destinados a venda

Controladora

	Veículos destinados à venda (a)	Veículos roubados ou sinistrados	Provisão de veículos roubados (b)	Provisão de veículos sinistrados (b)	Total
Em 31/12/2014 - Custo	109.808	60.004	-	-	169.812
Alienações	(153.768)	-	-	-	(153.768)
Transferência do imobilizado	166.399	4.296	-	-	170.695
Em 31/03/2015 - Custo	122.439	64.300	-	-	186.739
Em 31/12/2014 – Depreciação acumulada e provisões	(23.186)	(8.805)	(36.104)	(788)	(68.883)
Reversão (constituição) de provisão para veículos roubados ou sinistrados	-	-	(4.805)	(309)	(5.114)
Alienações	43.431	-	-	-	43.431
Transferência do imobilizado	(47.611)	(610)	-	-	(48.221)
Em 31/03/2015 – Depreciação acumulada e provisões	(27.366)	(9.415)	(40.909)	(1.097)	(78.787)
Valor residual líquido:					
Em 31/03/2015	95.073	54.885	(40.909)	(1.097)	107.952
Em 31/12/2014	86.622	51.199	(36.104)	(788)	100.929

Consolidado

	Veículos destinados à venda (a)	Veículos roubados ou sinistrados	Provisão de veículos roubados (b)	Provisão de veículos sinistrados (b)	Total
Em 31/12/2014 - Custo	109.805	60.003	-	-	169.808
Adições	5.050	-	-	-	5.050
Alienações	(154.451)	-	-	-	(154.451)
Transferência do imobilizado	166.399	4.296	-	-	170.695
Em 31/03/2015- Custo	126.803	64.299	-	-	191.102
Em 31/12/2014 – Depreciação acumulada e provisões	(23.187)	(8.804)	(36.101)	(787)	(68.879)
Reversão (constituição) de provisão para veículos roubados ou sinistrados	-	-	(4.805)	(309)	(5.114)
Alienações	43.428	-	-	-	43.428
Transferência do imobilizado	(47.611)	(612)	-	-	(48.223)
Em 31/03/2015 – Depreciação acumulada e provisões	(27.370)	(9.416)	(40.906)	(1.096)	(78.788)
Valor residual líquido:					
Em 31/03/2015	99.433	54.883	(40.906)	(1.096)	112.314
Em 31/12/2014	86.618	51.199	(36.101)	(787)	100.929

Notas Explicativas

- (a) Os veículos destinados à venda, estão registrados pelo custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido estimado de realização, dos dois o menor.
- (b) A provisão para veículos roubados e sinistrados refere-se exclusivamente aos veículos roubados ou sinistrados para os quais não há cobertura de seguros.

19 Imobilizado

Controladora

Custo ou avaliação:	Veículos em						Benf.Imoveis				Total
	Veículos	preparação	Acessórios	Máq./Equip.	Instalações	Móv./Utens	Comp./Perif.	Terc.	Outros ativos	Imóveis	
Em 31/12/2014	1.203.328	70.158	15.811	769	1.354	3.219	7.766	11.894	2.164	1.000	1.317.463
Adições	73.769	57.963	1.140	16	-	114	299	218	43	-	133.562
Alienações	-	-	(393)	-	-	-	-	-	-	-	(393)
Transferência	70.158	(70.158)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (Bens destinados a venda)	(170.695)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(170.695)
Em 31/03/2015	1.176.560	57.963	16.558	785	1.354	3.333	8.065	12.112	2.207	1.000	1.279.937
Depreciação acumulada:											
Em 31/12/2014	(163.037)	-	(6.165)	(524)	(1.198)	(2.117)	(6.022)	(9.070)	(1.154)	(10)	(189.297)
Depreciação	(41.553)	-	(1.680)	(12)	(12)	(52)	(157)	(279)	(24)	(10)	(43.779)
Alienações	-	-	390	-	-	-	-	-	-	-	390
Transferência (Bens destinados a venda)	48.221	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.221
Em 31/03/2015	(156.369)	-	(7.455)	(536)	(1.210)	(2.169)	(6.179)	(9.349)	(1.178)	(20)	(184.465)
Valor residual líquido:											
Em 31/03/2015	1.020.191	57.963	9.103	249	144	1.164	1.886	2.763	1.029	980	1.095.472
Em 31/12/2014	1.040.291	70.158	9.646	245	156	1.102	1.744	2.824	1.010	990	1.128.166

Consolidado

Custo ou avaliação:	Veículos	Veículos em	Acessórios	Máq./Equip.	Instalações	Móv./Utens.	Comp./Perif.	Benf.Imoveis	Outros ativos	Imóveis	Total
		preparação						Terc.			
Em 31/12/2014	1.203.343	70.158	16.399	1.007	2.366	4.789	10.197	25.900	5.477	1.000	1.340.636
Adições	73.769	57.963	1.206	19	-	167	534	629	181	-	134.468
Alienações	-	-	(393)	-	-	-	-	-	-	-	(393)
Transferência	70.158	(70.158)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (Bens destinados a venda)	(170.695)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(170.695)
Em 31/03/2015	1.176.575	57.963	17.212	1.026	2.366	4.956	10.731	26.529	5.658	1.000	1.304.016
Depreciação acumulada:											
Em 31/12/2014	(163.031)	-	(6.327)	(633)	(1.957)	(2.779)	(7.461)	(15.738)	(2.075)	(10)	(200.011)
Depreciação	(41.553)	-	(1.684)	(17)	(35)	(82)	(239)	(860)	(73)	(10)	(44.553)
Alienações	-	-	397	-	-	-	-	-	-	-	397
Transferência (Bens destinados a venda)	48.223	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.223
Em 31/03/2015	(156.361)	-	(7.618)	(650)	(1.992)	(2.861)	(7.700)	(16.598)	(2.148)	(20)	(195.944)
Valor residual líquido:											
Em 31/03/2015	1.020.214	57.963	9.594	376	374	2.095	3.031	9.931	3.510	980	1.108.072
Em 31/12/2014	1.040.312	70.158	10.072	374	409	2.010	2.736	10.162	3.402	990	1.140.625

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	Taxas médias anuais de depreciação	
	31/03/2015	31/12/2014
Veículos	12,6%	15,2%
Acessórios	41,6%	39,3%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Instalações	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	20%
Outros ativos	20%	20%
Imóveis	4%	4%

A Companhia adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados e revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e amortização.

Efeito da Redução do IPI

Para determinação da depreciação dos veículos, a Companhia baseia-se em três premissas principais: (i) comparação do valor residual do veículo com o valor de mercado de varejo; (ii) canal de venda previsto para a venda de carros alienados para renovação da frota; (iii) custos envolvidos para a venda de carros alienados para renovação da frota (custo de estrutura).

Em 21 de maio de 2012, o Governo anunciou a redução do IPI para carros novos com duração prevista até 31 de agosto de 2012, posteriormente prorrogada até 31 de dezembro de 2012. Em 1 de janeiro de 2013 ocorreu retorno parcial do IPI para os carros novos e, a partir de 1 de janeiro de 2015 ocorreu o retorno total do IPI para os carros novos.

Desta forma, a Companhia revisou o valor residual de sua frota e concluiu que para o período findo em 31 de março de 2015 não houve redução do IPI para carros novos, porém até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 houve uma redução no valor recuperável de R\$21.429.

20 Intangíveis

Controladora

	Software	Direito de uso de marca	Acordo de não competição	Ágio	Carteira de clientes	Total
Custo:						
Em 31/12/2014	23.249	10.224	729	48.841	17.991	101.034
Adições (a)	1.322	-	-	-	-	1.322
Em 31/03/2015	24.571	10.224	729	48.841	17.991	102.356
Amortização acumulada:						
Em 31/12/2014	(15.378)	(2.584)	(217)	-	(2.454)	(20.633)
Amortização	(675)	(378)	(36)	-	(409)	(1.498)
Em 31/03/2015	(16.053)	(2.962)	(253)	-	(2.863)	(22.131)
Valor residual líquido:						
Em 31/03/2015	8.518	7.262	476	48.841	15.128	80.225
Em 31/12/2014	7.871	7.640	512	48.841	15.537	80.401

Notas Explicativas**Consolidado**

	Software	Direito de uso de marca	Acordo de não competição	Ágio	Carteira de clientes	Total
Custo:						
Em 31/12/2014	24.671	10.223	728	48.843	17.991	102.456
Adições (a)	1.326	-	-	-	-	1.326
Alienações	-	-	-	-	-	-
Em 31/03/2015	25.997	10.223	728	48.843	17.991	103.782
Amortização acumulada:						
Em 31/12/2014	(16.677)	(2.579)	(216)	-	(2.454)	(21.926)
Amortização	(685)	(377)	(36)	-	(409)	(1.507)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Em 31/03/2015	(17.362)	(2.956)	(252)	-	(2.863)	(23.433)
Valor residual líquido:						
Em 31/03/2015	8.635	7.267	476	48.843	15.128	80.349
Em 31/12/2014	7.994	7.644	512	48.843	15.537	80.530

- (a) Refere-se principalmente a desenvolvimento de software do sistema operacional e administrativo da Companhia e controladas.

	Controladora e Consolidado	
	Taxas médias anuais de amortização	
	31/03/2015	31/12/2014
Software	20%	20%
Direito de uso de marca	14,78%	14,78%
Acordo de não competição	20%	20%
Carteira de clientes	9,09%	9,09%

Teste da redução ao valor recuperável do ágio (*impairment*)

O valor recuperável do ágio, proveniente da aquisição da Companhia Best Fleet, foi definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesas de vendas e o seu valor em uso, com base no valor presente do fluxo de caixa na data-base de 31 de dezembro de 2014.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da administração, ou seja, no orçamento da Companhia e nas expectativas da administração em relação ao futuro do negócio e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

<i>Em percentual</i>	2014
Taxa de desconto	13,9%
Taxa de crescimento do PIB	3,0%
Inflação	5,0%
Taxa de crescimento estimado para o (EBITDA) (média para os próximos quatro anos)	56,9%

A taxa de desconto foi estimada a valor presente do fluxo de caixa projetado e o fluxo de caixa perpétuo foi elaborado utilizando o custo médio ponderado de capital.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para quatro anos e uma taxa de crescimento final após este período, além disso, o fluxo de caixa projetado foi preparado sem os

Notas Explicativas

efeitos do endividamento (desalavancado). A taxa de crescimento final foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do EBITDA, a qual a administração acredita estar consistente com a premissa que um participante do mercado iria utilizar, bem como, com a realidade atual e crescimento econômico e financeiro esperados.

O EBITDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Projeção da receita levando em consideração as estimativas da Companhia de incremento na frota operacional média ao longo do período projetivo, do *ticket* médio de aluguel por veículo/mês, do volume de vendas estimado e do preço médio de venda.
- Segregação da projeção dos custos operacionais entre custo com locação de veículos, que contempla gastos com a frota e depreciação, e custo de desmobilização de veículos, considerando a margem bruta de 4% a partir de 2015.
- Segregação da projeção das despesas operacionais entre gastos com pessoal e despesas administrativas, considerando o crescimento equivalente a inflação, e despesas comerciais projetadas com base na receita líquida.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido foram projetados de acordo com as alíquotas vigentes na data-base da avaliação que foi em 31 de dezembro de 2014.

O valor recuperável estimado para a Companhia de acordo com o cálculo do valor econômico efetuado, foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 13.132 em 31 de dezembro de 2014, ou seja, de acordo com as análises efetuadas, não identificamos indícios de perda de valor.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Montadoras de veículos	50.505	58.766	50.505	58.766
Serviços de mecânica e manutenção	1.792	882	1.855	1.136
Serviços de sublocação	72	27	401	450
Propaganda e marketing	646	620	2.401	620
Diversos fornecedores	5.576	4.201	6.999	5.141
	58.591	64.496	62.161	66.113

22 Outras contas a pagar e provisões

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Seguros a pagar	2.152	138	2.152	39
Provisões de despesas	10.335	14.944	18.245	21.885
Títulos a pagar (a)	115.398	97.928	115.398	97.928
Outras contas a pagar	320	292	1.162	413
	128.205	113.302	136.957	120.265

- (a) Títulos a pagar decorrentes de compra de veículos para renovação da frota junto às montadoras, em que a montadora efetuou o desconto de tais títulos junto aos bancos.

Notas Explicativas

23 Empréstimos e financiamentos

	Modalidade	Vencimento	Encargos anuais médios	Moeda	Controladora e Consolidado	
					31/03/2015	31/12/2014
Moeda Estrangeira						
Santander	Capital de Giro-Swap	Dez/15	CDI+1,82%	USD	35.004	19.982
HSBC	Capital de Giro-Swap	Dez/15	CDI+1,95%	USD	25.316	20.507
SAFRA	Capital de Giro-Swap	Mar/16	CDI+2,58%	USD	20.956	-
ITAU	Capital de Giro-Swap	Mar/16	CDI+1,43%	USD	41.766	-
SWAP	Capital de Giro-Swap	Dez/15	CDI+2,59%	USD	(11.281)	320
Total em moeda estrangeira					111.761	40.809

24 Debêntures

												Controladora e Consolidado	
												31/03/2015	31/12/2014
Indexador	Juros	Principal circulante	Principal não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar - circulante	Custos de transação a apropriar - não circulante	Custos de transação a apropriar - Total	Total circulante	Total não circulante	Total da dívida	Total da dívida	
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	CDI 2,90% a.a	6.681	129.231	96.923	10.055	8.164	(1.358)	(533)	(1.891)	134.554	96.390	230.944	263.846
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	IPCA 8,39% a.a	18.579	20.000	20.000	1.915	1.555	(258)	(102)	(360)	38.321	19.898	58.219	55.004
Debêntures 3ª Emissão	CDI 1,80% a.a	783	34.272	68.592	746	311	(112)	(323)	(435)	34.943	68.269	103.212	124.182
Debêntures 4ª Emissão	CDI 1,80% a.a	9.819	-	200.000	940	319	(176)	(445)	(621)	9.643	199.555	209.198	202.532
Debêntures 5ª Emissão	CDI 1,81% a.a	718	-	120.000	1.013	119	(148)	(746)	(894)	570	119.254	119.824	123.594
		36.580	183.503	505.515	14.669	10.468	(2.052)	(2.149)	(4.201)	218.031	503.366	721.397	769.158

a) 2ª. Emissão de Debêntures

Em 15 de outubro de 2011, a Companhia realizou oferta pública de distribuição de 50.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$500.000, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A., do Banco de Investimento S.A., do Banco Bradesco BBI S.A. e do BES Investimento do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 16 de dezembro de 2011, sendo aprovada a constituição de garantias reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das debêntures, e na alienação fiduciária dos recursos depositados no Fundo de Investimento "Renda Fixa Crédito Privado Unidas Sinking Fund", destinados ao pagamento do serviço da dívida das debêntures.

A data de vencimento das debêntures da 1ª Série e a data de vencimento das debêntures da 2ª Série é de cinco anos a contar da data de emissão (15 de outubro de 2011), com vencimento final em 15 de outubro de 2016.

Notas Explicativas

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 2,90% ao ano, com amortizações trimestrais do valor nominal a partir de 15 de outubro de 2013 (sendo os juros remuneratórios pagos trimestralmente a partir de 15 de janeiro de 2012).

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 2ª série atualizado a partir da data de emissão pela variação do IPCA, incidem juros remuneratórios prefixados, correspondentes a 8,39% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 15 de outubro de 2013 (sendo os juros remuneratórios pagos anualmente a partir de 15 de outubro de 2012).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Informações trimestrais consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 30 de junho de 2011 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 30 de junho de 2011), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Informações trimestrais consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de março de 2015 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	< 3,50	2,07
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	3,32
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 30 de junho de 2011	(30%)	13%

Em 31 de março de 2015 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

b) 3ª Emissão de Debêntures

Notas Explicativas

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição de 12.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$120.000, sob a coordenação do do BES Investimento do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 20 de março de 2013, sendo aprovada a constituição de garantias reais e garantias adicionais reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

A data de vencimento das debêntures da 3ª Emissão é de cinco anos a contar da data de emissão (11 de março de 2013), com vencimento final em 11 de março de 2018.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das Taxas médias diárias dos DI- Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,80% ao ano, com amortizações semestrais do valor nominal a partir de 11 de março de 2015.

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Informações trimestrais consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado menor ou igual a 3,5;

ii. Relação EBITDA ajustado/Resultado Financeiro maior ou igual a 1,5; e

iii. A Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2012), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Informações trimestrais consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Informações trimestrais consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

Notas Explicativas

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de março de 2015 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA Ajustado	<3,50	0,89
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelo resultado financeiro	>1,50	7,69
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012	(30%)	32%

Em 31 de março de 2015 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

c) 4ª Emissão de Debêntures

Em 04 de novembro de 2013, a Companhia realizou a oferta pública com esforços restritos de distribuição de 20.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$200.000, sob a coordenação do Banco do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 01 de novembro de 2013, sendo aprovada a constituição de garantias reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das debêntures, direitos creditórios provenientes de cartão de crédito e aplicação financeira em títulos CDB compromissadas.

A data de vencimento das debêntures da 4ª Emissão é de quatro anos a contar da data de emissão (14 de novembro de 2013), com vencimento final em 14 de novembro de 2017.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 4ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,8% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 14 de novembro de 2016 (sendo os juros remuneratórios pagos semestralmente a partir de 14 de maio de 2014).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Informações trimestrais consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30%

Notas Explicativas

em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2012), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Informações trimestrais consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de março de 2015 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	<3,50	0,89
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	7,69
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012	(30%)	32%

d) 5ª Emissão de Debêntures

Em 15 de setembro de 2014, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição de 12.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$120.000, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 11 de agosto de 2014, sendo aprovada a constituição de garantias reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das debêntures, direitos creditórios provenientes de cartão de crédito e aplicação financeira em títulos CDB compromissadas.

A data de vencimento das debêntures da 5ª Emissão é de cinco anos a contar da data de emissão (15 de setembro de 2014), com vencimento final em 15 de setembro de 2019.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 5ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,81% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 15 de setembro de 2017 (sendo os juros remuneratórios pagos semestralmente a partir de 15 de março de 2015).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Informações trimestrais consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

Notas Explicativas

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2013 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2013), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Informações trimestrais consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de março de 2015 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	<3,50	0,89
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	7,69
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2013	(30%)	13%

Em 31 de março 2015 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

e) Custos de transação

Os custos de transação a serem apropriados ao resultado em períodos subsequentes são compostos como segue:

Custos de transação sobre Debêntures	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Debêntures	2.051	1.219	558	224	149	4.201
	2.051	1.219	558	224	149	4.201

Notas Explicativas

As debêntures a longo prazo vencem como segue:

	<u>31/03/2015</u>
2016	232.843
2017	173.713
2018	56.960
2019	39.850
	<u>503.366</u>

25 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

i) Impostos diferidos no balanço patrimonial

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2015</u>	31/12/2014	<u>31/03/2015</u>	31/12/2014
Prejuízo fiscal e base negativa	78.096	75.763	81.229	79.193
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	3.146	5.452	4.552	6.371
Provisão a pagar a fornecedores e outros	2.545	3.873	5.225	6.234
Provisões de veículos roubados e sinistrados	14.281	12.542	14.281	12.542
Provisão para riscos e discussões judiciais	7.353	7.028	7.406	7.080
Despesas de <i>stock options</i>	993	919	993	919
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best Fleet	193	325	193	325
Amortização fiscal do ágio	(3.321)	(2.491)	(3.321)	(2.491)
Depreciação acumulada de veículos	(29.672)	(25.058)	(29.672)	(25.058)
Empréstimos em moeda estrangeira	473	154	473	154
Outras	(477)	-	(510)	(1.077)
Total IR e CS diferidos ativo	73.610	78.507	80.849	84.192

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos próximos 7 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no exercício findo em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Notas Explicativas

Movimento em prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias durante o ano

Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2015	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2015
Prejuízo fiscal e base negativa	75.763	2.333	78.096
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	5.452	(2.306)	3.146
Provisão a pagar a fornecedores e outros	3.873	(1.329)	2.545
Provisões de veículos roubados e sinistrados	12.542	1.739	14.281
Provisão para riscos e discussões judiciais	7.028	325	7.353
Despesas de <i>stock options</i>	919	74	993
Ágio fiscal	7.422	-	7.422
Amortização fiscal do ágio	(2.491)	(830)	(3.321)
Alocação dos Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best Fleet	(5.984)	240	(5.745)
Amortização fiscal dos intangíveis	(1.113)	(371)	(1.484)
Depreciação acumulada de veículos	(25.058)	(4.614)	(29.672)
Outros	-	(477)	(477)
Empréstimos em moeda estrangeira	154	319	473
Total dos impostos diferidos ativos	78.507	(4.897)	73.610

Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2015	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2015
Prejuízo fiscal e base negativa	79.193	2.036	81.229
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6.371	(1.819)	4.552
Provisão a pagar a fornecedores e outros	6.234	(1.010)	5.225
Provisões de veículos roubados e sinistrados	12.542	1.739	14.281
Provisões para riscos e discussões judiciais	7.080	326	7.406
Despesas de <i>stock options</i>	919	74	993
Ágio fiscal	7.422	-	7.422
Alocação dos intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best Fleet	(5.984)	240	(5.745)
Amortização fiscal do ágio	(2.491)	(830)	(3.321)
Amortização fiscal dos intangíveis	(1.113)	(371)	(1.484)
Depreciação acumulada de veículos	(25.058)	(4.614)	(29.672)
Outras provisões	(1.077)	567	(510)
Empréstimos em moeda estrangeira	154	319	473
Total dos impostos diferidos ativos	84.192	(3.343)	80.849

Notas Explicativas

ii) Impostos corrente e diferido no resultado

A despesa (crédito) de imposto de renda e contribuição social é calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, nominais combinadas, e registrada no resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.287	18.349	12.659	14.993
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	4.517	6.239	4.304	5.098
Equivalência patrimonial	293	(4.994)	-	(216)
Multas de trânsito fiscais	176	118	201	168
Despesas indedutíveis	15	25	42	33
Provisões para contingências	325	37	327	37
Alocação dos intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best	240	-	240	-
Despesas de depreciação	(4.614)	(3.168)	(4.614)	(3.081)
Provisão (reversão) a pagar a fornecedores e outros	(1.800)	344	(520)	903
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(2.307)	577	(1.820)	372
Provisões veículos roubados e sinistrados	1.739	608	1.739	608
Despesas de <i>stock options</i>	73	111	73	111
Prejuízo fiscal e base negativa	2.333	109	2.036	(805)
Adicional de IR	-	(6)	(6)	(14)
Amortização fiscal dos intangíveis	(371)	-	(371)	-
Amortização fiscal do ágio	(830)	-	(830)	-
Despesas de <i>swap</i> e variação cambial	211	-	211	-
Exclusão dos 34% das controladas pelo lucro presumido	-	-	(324)	-
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	688	3.214
Despesas (créditos) de impostos diferidos	4.897	1.302	3.343	(5.435)
Total da despesa (crédito) de imposto de renda e contribuição social	4.897	1.302	4.031	(2.221)
Alíquota efetiva	36,86%	7,10%	31,85%	(14,81%)

A diferença de R\$238 (R\$167 em 31 de março de 2014) entre o imposto de renda e contribuição social demonstrado no resultado consolidado e a nota explicativa acima refere-se a despesa de impostos da controlada indireta Unidas Franquias a qual é calculada pelo regime de tributação do lucro presumido.

A composição dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais	228.273	221.411	245.608	239.621
Bases negativas da contribuição social	233.639	226.777	251.470	245.483

O prejuízo fiscal e a base negativa não têm prazos determinados para compensação, porém, tal compensação está limitada a 30% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

26 Provisão para riscos e discussões judiciais e depósitos judiciais

A Companhia está se defendendo de demandas judiciais de caráter cível, trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a provisão para riscos e discussões judiciais constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como mais provável que não, com base na opinião de seus advogados e consultores legais externos. O resultado desfavorável em seus processos,

Notas Explicativas

individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão para riscos e discussões judiciais, e os respectivos depósitos judiciais, por natureza, estão apresentados a seguir:

	Controladora					Consolidado						
	Saldos em 31/12/13	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Dep. judiciais 31/12/2014	Saldos em 31/12/13	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Dep. judiciais 31/12/2014
Tributárias	15.590	-	1.175	(559)	16.206	16.746	17.946	-	1.439	(768)	18.617	17.496
Cíveis	1.677	-	758	(1.101)	1.334	499	1.677	-	758	(1.101)	1.334	499
Trabalhistas	3.980	15	1.340	(2.203)	3.132	3.994	3.980	15	1.340	(2.203)	3.132	3.928
	21.247	15	3.273	(3.863)	20.672	21.239	23.603	15	3.537	(4.072)	23.083	21.923

	Controladora					Consolidado						
	Saldos em 31/12/14	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/03/2015	Dep. judiciais 31/03/2015	Saldos em 31/12/14	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/03/2015	Dep. judiciais 31/03/2015
Tributárias	16.206	-	173	-	16.379	16.932	18.617	-	241	-	18.858	17.668
Cíveis	1.334	-	365	(74)	1.625	504	1.334	-	365	(74)	1.625	504
Trabalhistas	3.132	-	1.639	(1.148)	3.623	4.418	3.132	-	1.639	(1.148)	3.623	4.352
	20.672	-	2.177	(1.222)	21.627	21.854	23.083	-	2.245	(1.222)	24.106	22.524

a) Processos com perda provável

Processos cíveis

A Companhia está se defendendo de ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de sua frota, em que se pleiteiam danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos, para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas. A composição de tais processos é pulverizada, e estes se encontram em diferentes instâncias judiciais, não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos. A Companhia mantém ainda depósitos judiciais para parcela dessas discussões.

Não é possível apontar a tendência majoritária da jurisprudência sobre os processos de natureza cível, pois os mesmos versam, em sua maioria, sobre acidentes automobilísticos. As decisões judiciais acerca desse tipo de acidente são proferidas com base nas circunstâncias de cada acidente e nas provas apresentadas em cada caso, ou seja, não possuem padrão estabelecido.

Processos trabalhistas

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias, verbas salariais, férias, comissões e reconhecimento de vínculo empregatício para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas.

As decisões judiciais acerca de discussões laborais com relação às horas extras e pagamentos de verbas trabalhistas são proferidas com base nas circunstâncias e nas provas apresentadas em cada caso, e, considerando a composição pulverizada dos referidos processos, não é possível apresentar posição clara da jurisprudência sobre esses assuntos. Entretanto, com relação a reconhecimento de vínculo empregatício de empregados contratados por meio de cooperativa, existe entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que a cooperativa não passa de uma mera fornecedora de mão de obra, não havendo impedimento para o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com esta e a Companhia. Entendemos que há probabilidade da Companhia

Notas Explicativas

enfrentar decisões desfavoráveis nesses casos, razão pela qual foram constituídas provisões relativas à esses processos.

Processos tributários

A provisão para riscos tributários foi constituída principalmente pelo não recolhimento do PIS no período de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no período de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas provenientes da locação de veículos.

Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que as locações de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deveriam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2010, a Companhia depositou judicialmente as quantias de R\$10.092 e R\$440 referentes à COFINS e ao PIS, respectivamente. O depósito foi efetuado, pois a União Federal ingressou com Execução Fiscal para instrumentalizar a cobrança dos valores mencionados. A Companhia mantém a provisão de processos tributários total no montante de R\$16.379 e R\$18.858 em 31 de março de 2015, na controladora e consolidado, respectivamente (R\$16.206 e R\$ 18.617 em 31 de dezembro de 2014, na controladora e no consolidado, respectivamente). A Companhia aguarda julgamento em segunda instância inferior pelo Tribunal Regional Federal.

b) Processos e discussões com perda possível

Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia referem-se basicamente a ações cíveis, trabalhistas e tributárias de mesma natureza daqueles mencionadas no item a). Esses processos totalizam, aproximadamente, R\$164.342 e R\$ 168.432 em 31 de março de 2015 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$149.775 e R\$ 153.864 em 31 de dezembro de 2014, na controladora e no consolidado).

Em 21 de maio de 2009, a Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRFB") emitiu à Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos principalmente a dedutibilidade da amortização de ágio nos exercícios compreendidos entre 2004 e 2007, no valor atualizado total de R\$62.630 em 31 de março de 2015 (R\$62.010 em 31 de dezembro de 2014).

Em 11 de dezembro de 2014, a SRFB emitiu à Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos principalmente a dedutibilidade da amortização de ágio e despesas de contratos de *swap* referente ao ano base de 2009, no valor atualizado de R\$25.301 em 31 de março de 2015 (R\$25.051 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia, por discordar dos fundamentos que presidiram a emissão dos referidos autos, instaurou, com observância dos prazos legais aplicáveis, processos de impugnação administrativa em relação a cada um deles e aguarda julgamento.

Entretanto, na opinião da Administração, suportada em pareceres emitidos por seus assessores jurídicos, são possíveis as chances de perda na instância final dos referidos processos, motivo pelo qual não foi constituída provisão correspondente no período findo em 31 de março de 2015 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Na data de emissão dessas informações trimestrais, os referidos autos encontravam-se em andamento.

Notas Explicativas

27 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está representado por 54.076.223 ações ordinárias normativas correspondentes a R\$744.025.

A Composição acionária da Companhia em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão resumidas a seguir:

	31/03/2015 e 31/12/2014	
	Quantidade de ações	%
SAG GEST Soluções automóvel globais, SGPS, S.A.	17.760.190	32,8
Novinela B.V.	1.031.362	1,9
Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações	2.940.389	5,4
Kinea Co-Investimento II Fundo de Investimento em Participações	8.821.168	16,3
Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Participações	11.761.557	21,8
GIF IV Fundo de Investimento em Participações	11.761.557	21,8
	54.076.223	100

b) Reserva de capital – Ágio

A Companhia constituiu reserva especial de ágio, no valor de R\$33.431, correspondente ao valor do benefício fiscal decorrente da amortização de ágio apurado pela antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda. (“Uninfra”) absorvido na incorporação dessa empresa. A reserva especial de ágio poderá ser capitalizada ao final de cada exercício social, na medida em que o benefício fiscal tenha sido realizado mediante uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela Companhia. A realização fiscal desse crédito beneficia indistintamente todos os acionistas da Companhia nas datas da sua realização.

c) Reserva de opções

A Companhia constitui reserva de opções registrada no patrimônio líquido correspondente ao plano de remuneração baseado em ações, conforme descrito na nota explicativa 28.

d) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias que tenham efeito diluidor.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para o período findo em 31 de março de 2015 e 2014 (em milhares, exceto valores por ação e quantidade de ações):

Notas Explicativas

Básico:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício	8.390	17.047
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	54.076.223	54.076.223
Denominador para lucros diluídos por ação	54.076.223	54.076.223
Lucro básico por ação ordinária	0,16	0,32

Diluído:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício	8.390	17.047
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	54.076.223	54.076.223
Efeito da conversão de bônus de subscrição	915.969	915.969
Denominador para lucros diluídos por ação	54.992.192	54.992.192
Lucro diluído por ação ordinária	0,15	0,31

Em 31 de março de 2015, todas as opções foram excluídas do cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias diluídas, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo.

28 Plano de remuneração baseado em ações

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2012, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia, de opções de compra de ações a profissionais elegíveis, membros da administração e empregados da Companhia e de suas controladas, os quais são definidos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os Participantes adquirirão, a cada 12 (doze) meses contados (i) do dia 13 de julho de 2011, (ii) da data do efetivo ingresso do Participante como colaborador da Companhia (caso tal ingresso tenha ocorrido após 13 de julho de 2011) ou (iii) outra data a ser estabelecida pelo Comitê de Gestão do Plano, independentemente da data de efetivo ingresso do Participante como colaborador da Companhia, desde que, em nenhuma hipótese, anteriormente a data de ingresso do Participante na Companhia ou 13 de julho de 2011, o que por último tiver ocorrido, conforme aplicável, o direito a ¼ (um quarto) das Opções que lhes couberem, conforme o pertinente programa / respectivo Contrato ("Vesting").

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*.

O prazo de exercício das Opções *Vested* encerrar-se-á (i) no prazo de 2 (dois) anos a contar da data em que ocorrer um Evento de Liquidez ou (ii) no prazo de 2 (dois) anos contados da data em que se verificar o Vesting da totalidade das Opções do Participante, o que por último ocorrer ("Termo da

Notas Explicativas

Opção"). Sem prejuízo, o Comitê de Gestão do Plano poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de *Vesting* ou de Termo da Opção, inclusive a fim de estender o prazo em questão e/ou seu escalonamento.

Em Reunião do Comitê de Gestão do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 29 de junho de 2012, foi aprovado o Primeiro Programa do Plano no qual a Companhia outorgou opções de compra aos beneficiários.

Foi estabelecido para o Plano um número máximo de 2.253.176 opções, que corresponde a uma diluição máxima de 4% do total de 56.329.399 ações (número que corresponde à soma das 54.076.223 ações atualmente emitidas com as 2.253.176 ações a emitir nos termos do Plano) estando atualmente ativas 2.135.780 opções ao abrigo do Programa acima referido.

O saldo registrado no patrimônio líquido como Reserva de Opções em 31 de março de 2015 foi de R\$2.919 (R\$2.702 em 31 de dezembro de 2014).

Abaixo demonstração da movimentação do preço médio ponderado das ações:

Data		Quantidade de ações	Quantidade de opções	Preço médio ponderado da ação em Reais (*)
31/12/2012	Saldo final	285.138.784	11.405.551	2,41
22/07/2013	Valores após o ajuste participação	432.609.784	17.304.391	1,06
22/07/2013	Grupamento	54.076.223	2.163.049	8,50
31/12/2014	Saldo final	54.076.233	2.163.049	10,39
31/03/2015	Saldo final	54.076.233	2.163.049	10,66

(*) Variação do preço médio devido atualização pelo índice IPCA acumulado, conforme estabelecido no contrato de compra de opções de 15 de junho de 2012.

29 Receita líquida

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita bruta	257.599	196.700	309.618	258.989
Impostos sobre vendas	(11.657)	(9.115)	(14.983)	(13.753)
Descontos e cancelamentos	(6.108)	(6.930)	(13.553)	(9.434)
	239.834	180.655	281.082	235.802

Notas Explicativas

A composição da receita líquida reconhecida durante o exercício em cada categoria significativa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita de terceirização de frota (<i>Fleet</i>)	69.873	65.779	70.213	71.309
Receita de locação (<i>Rent a car</i>)	43.155	22.090	83.366	69.301
Veículos alienados para renovação da frota	126.806	92.786	127.503	95.192
	239.834	180.655	281.082	235.802

30 Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Custos fixos (recuperação de custos)	(2.857)	350	(12.171)	(10.383)
Custos de depreciação e amortização	(43.491)	(37.684)	(43.491)	(39.455)
Custos com pessoal	(3.593)	(2.237)	(11.356)	(9.474)
Custos de manutenção e logística	(20.061)	(19.344)	(29.763)	(30.092)
Custos de alienação para renovação de veículos da frota	(110.081)	(81.875)	(110.764)	(84.490)
Provisão de veículos roubados e sinistrados	(5.114)	(1.789)	(5.114)	(1.789)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS associados aos custos	8.098	6.628	8.148	7.466
	(177.099)	(135.951)	(204.511)	(168.217)

31 Comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Despesas com pessoal	(566)	(899)	(1.424)	(1.720)
Comissões com agências	(22)	(15)	(1.775)	(1.963)
Comissões com vendas	(514)	(236)	(1.392)	(1.018)
Propaganda e marketing	(2.631)	(1.427)	(2.980)	(2.580)
Reversão da provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6.784	(1.767)	5.352	(1.092)
Perdas com incobráveis (a)	(9.129)	(283)	(9.480)	(1.374)
Outras	(1.021)	(61)	(1.106)	(233)
	(7.099)	(4.688)	(12.805)	(9.980)

- (a) As perdas com incobráveis referem-se a títulos que já estavam provisionados para perda estimada e foram baixados do contas a receber, provocando uma reversão na rubrica de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e um aumento de perdas com incobráveis.

Notas Explicativas

32 Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Despesas com pessoal	(4.925)	(6.285)	(9.947)	(9.335)
Despesas com ocupação/aluguel	(528)	(685)	(686)	(760)
Despesas de comunicação	(329)	(553)	(719)	(624)
Serviços de terceiros	(2.280)	(2.863)	(3.264)	(3.265)
Despesas gerais	(1.309)	(1.331)	(2.046)	(1.668)
Depreciação e amortização	(1.598)	(1.065)	(2.828)	(2.608)
	(10.969)	(12.782)	(19.490)	(18.260)

33 Honorários da administração

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Remuneração da diretoria e conselho de administração	(525)	(460)	(713)	(656)
	(525)	(460)	(713)	(656)

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global aos diretores e membros do Conselho de Administração de até R\$7.808 para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 6.250 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

34 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Despesas de juros	(29.790)	(26.349)	(29.848)	(26.396)
Variações monetárias e cambiais passivas	(12.176)	-	(12.172)	-
Outras despesas financeiras	(533)	(1.611)	(1.512)	(2.341)
	(42.499)	(27.960)	(43.532)	(28.737)

35 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receitas de juros	675	391	878	630
Receita de Swap	11.603	-	11.603	-
Receitas de aplicações financeiras	1.725	5.599	1.732	5.603
Variações monetárias e cambiais ativas	(28)	10	(28)	10
Outras receitas financeiras	1	1	2	2
	13.976	6.001	14.187	6.245

36 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Unidas no decurso da sua atividade está exposta a variações de taxas de juros e de taxas de câmbio. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de estratégias operacionais e controles internos com o objetivo de assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no

Notas Explicativas

mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	73.503	31.666	76.264	33.673
Aplicações financeiras de uso restrito (Nota 12)	53.228	58.615	53.228	58.615
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber (Nota 13)	132.369	119.241	240.354	224.845
Total	259.100	209.522	369.846	317.133
Passivos pelo custo amortizado				
Fornecedores (Nota 21)	(58.591)	(64.496)	(62.161)	(66.113)
Adiantamentos de clientes	(9.379)	(6.037)	(9.098)	(6.454)
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	(111.761)	(40.809)	(111.761)	(40.809)
Debêntures (Nota 24)	(721.397)	(769.158)	(721.397)	(769.158)
Outras contas a pagar, exceto provisões (Nota 22)	(117.870)	(98.358)	(118.712)	(98.380)
Total	(1.018.998)	(978.858)	(1.023.129)	(980.914)

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes recorrentes e por aplicações financeiras. Para mitigar estes riscos a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das informações trimestrais são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	73.503	31.666	76.264	33.673
Aplicações financeiras de uso restrito (Nota 12)	53.228	58.615	53.228	58.615
Contas a receber (Nota 13)	132.369	119.241	240.354	224.845
	259.100	209.522	396.846	317.133

Notas Explicativas

b) Risco de liquidez

A administração da liquidez é efetuada diariamente pela área Tesouraria da Companhia, com a verificação de todas as premissas de desembolsos e receitas, tais como a manutenção de reserva de caixa em aplicações financeiras de curto prazo (a fim de evitar o inadimplemento de contratos com fornecedores) e o monitoramento da dívida bruta e da dívida líquida total em cada instituição financeira. Esses controles são feitos com o objetivo de atender os compromissos financeiros da Companhia, garantindo a sua operação e expansão.

Também com o objetivo de mitigar o risco de liquidez, são prospectadas e identificadas as várias alternativas de captação de recursos disponíveis, para várias maturidades e abrangendo tanto o mercado local quanto o internacional.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Consolidado 31/03/2015		Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
	Contábil	Fluxo contratual				
Passivos						
Fornecedores (Nota 21)	(58.591)	(58.591)	(58.591)	-	-	-
Adiantamentos de clientes	(9.098)	(9.098)	(9.098)	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	(111.761)	(111.761)	(111.761)	-	-	-
Debêntures (Nota 24)	(721.397)	(893.575)	(274.823)	(319.289)	(256.480)	(42.983)
Outras contas a pagar, exceto provisões	(118.712)	(118.712)	(98.380)	-	-	-
Total	(1.023.129)	(1.191.737)	(440.892)	(319.289)	(256.480)	(42.983)

c) Risco de taxa de juros

A Companhia possui quase a totalidade de seu equivalentes de caixa e do seu endividamento, indexados à variação do CDI e ao IPC-A.

A exposição a estes ativos e passivos a taxa variável são monitorados ativamente pela administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Equivalentes de caixa (Nota 11)	73.503	31.666	76.264	33.673
Aplicações financeiras de uso restrito (Nota 12)	53.228	58.615	53.228	58.615
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	(111.761)	(40.809)	(111.761)	(40.809)
Debêntures (Nota 24)	(721.397)	(769.158)	(721.397)	(769.158)
Exposição líquida (IPCA e CDI)	(706.427)	(719.686)	(703.666)	(717.679)

Notas Explicativas

d) Risco de taxa de câmbio

O contrato de mútuo celebrado com a SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A não possui risco da taxa de câmbio, pois o respectivo valor foi fixado em reais.

e) Contratos de swap

Os valores das operações de *swap* utilizados para proteção de empréstimos estão resumidos a seguir:

Indexador	Taxa anual		Valor Base		MTM		Curva		MTM		
	Mínima	Máxima	Mar/15	Dez/14	Mar/15	Dez/14	Mar/15	Dez/14	Mar/15	Dez/14	
Ponta Ativa											
Contratos de "Swaps"											
HSBC	Dólar USD	VC+2,33% a.a.	VC+2,33% a.a.	20.729	20.507	20.850	20.281	20.729	20.507	(121)	226
SANTANDER	Dólar USD	VC+2,43% a.a.	VC+2,43% a.a.	20.645	-	20.753	-	20.645	-	(108)	-
ITAÚ	Dólar USD	VC+1,68% a.a.	VC+1,68% a.a.	40.258	-	40.477	-	40.258	-	(220)	-
SANTANDER	Dólar USD	VC+2,70% a.a.	VC+2,70% a.a.	10.010	-	10.045	-	10.010	-	(36)	-
SAFRA	Dólar USD	VC+3,14% a.a.	VC+3,14% a.a.	20.119	19.982	20.119	19.923	20.119	19.982	-	59
			Total	111.761	40.489	112.244	40.204	111.761	40.489	(485)	285

Indexador	Taxa anual		Valor Base		MTM		Curva		Mar/15	
	Mínima	Máxima	Mar/15	Dez/14	Mar/15	Dez/14	Mar/15	Dez/14		
Ponta Passiva										
Contratos de "Swaps"										
HSBC	Dólar USD	VC+0,84% a.a.	VC+0,84% a.a.	(25.316)	(20.122)	(24.867)	(20.438)	(25.316)	(20.122)	449
SANTANDER	Dólar USD	VC+0,73% a.a.	VC+0,73% a.a.	(24.674)	-	(24.244)	-	(24.674)	-	430
ITAÚ	Dólar USD	VC+0,59% a.a.	VC+0,59% a.a.	(41.766)	-	(40.697)	-	(41.766)	-	1.069
SANTANDER	Dólar USD	VC+0,37% a.a.	VC+0,37% a.a.	(10.330)	-	(10.158)	-	(10.330)	-	172
SAFRA	Dólar USD	VC+0,59% a.a.	VC+0,59% a.a.	(20.956)	(20.047)	(20.956)	(20.186)	(20.956)	(20.047)	-
			Total	(123.042)	(40.169)	(120.922)	(40.624)	(123.042)	(40.169)	2.120
			Saldo de swap (*)	(11.281)	320	(8.678)	(420)	(11.281)	320	1.635

(*) Saldo apresentado na Nota Explicativa 23.

Os contratos de *swap* têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações em moeda estrangeira, sem nenhum caráter especulativo, foram mensuradas e contabilizadas pelos seus valores justos na data base da demonstração financeira. Os valores justos foram calculados projetando os fluxos de caixa das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando a taxa DI futura da BM&F.

f) Análise de sensibilidade

Conforme requerido pela ICVM 475/08 a Companhia também efetuou testes de deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme demonstrado:

Notas Explicativas

f1) Variação da taxa do CDI

Em 31 de março de 2015, o saldo de equivalentes de caixa e aplicações financeiras indexados ao CDI é de R\$ 125.374 (R\$87.169 em 31 de dezembro de 2014) e o de endividamento (incluindo contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures) é de R\$ 774.939 (R\$754.963 em 31 de dezembro de 2014).

Variação da taxa do CDI

Operação	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa real do CDI dos últimos 12 meses até 31/03/2015	11,20%	11,20%	11,20%
Taxa anual efetiva do CDI conforme cenários previstos	11,20%	14,00%	16,80%
Dívida indexada ao CDI	(774.939)	(774.939)	(774.939)
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras indexadas ao CDI	125.374	125.374	125.374
Dívida líquida	(649.565)	(649.565)	(649.565)
Efeito nas despesas financeiras			
Conforme taxas efetivas	(72.751)	(72.751)	(72.751)
Conforme cenários previstos	(72.751)	(90.939)	(109.127)
Aumento nas despesas financeiras	-	(18.188)	(36.376)

f2) Variação da taxa do IPC-A

Em 31 de março de 2015, o saldo de endividamento indexado ao IPC-A (incluindo contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures) é de R\$58.219 (R\$55.004 em 31 de dezembro de 2014).

Variação do IPC-A

Operação	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa do IPCA acumulada dos últimos 12 meses em 31/03/2015	8,13%	8,13%	8,13%
Taxa anual estimada do IPCA conforme cenários propostos	8,20%	10,25%	12,30%
Dívida indexada ao IPCA	(58.219)	(58.219)	(58.219)
Efeito nas despesas financeiras			
Conforme taxas efetivas	(10.015)	(10.015)	(10.015)
Conforme cenários previstos	(10.059)	(11.353)	(12.646)
Aumento nas despesas financeiras	(44)	(1.338)	(2.631)

f3) Variação da taxa do dólar (USD)

Em 31 de março de 2015, o saldo de endividamento coberto por *swap* e indexado ao dólar norte americano (incluindo apenas contratos de empréstimos em moeda estrangeira) é de R\$ 123.042 (R\$40.489 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Variação do dólar

Operação - Santander	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa do dólar no fechamento do contrato	2,91	2,91	2,91
Taxa estimada do dólar conforme cenários propostos	3,20	4,00	4,80
Dívida indexada ao dólar (USD)	(10.686)	(10.686)	(10.686)
Efeito nas despesas financeiras			
Conforme taxas efetivas	(31.081)	(31.081)	(31.081)
Conforme cenários previstos	(34.196)	(42.745)	(51.295)
Aumento nas despesas financeiras	(3.115)	(11.664)	(20.214)

Operação – HSBC	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa do dólar no fechamento do contrato	2,59	2,59	2,59
Taxa estimada do dólar conforme cenários propostos	3,20	4,00	4,80
Dívida indexada ao dólar (USD)	(7.710)	(7.710)	(7.710)
Efeito nas despesas financeiras			
Conforme taxas efetivas	(20.000)	(20.000)	(20.000)
Conforme cenários previstos	(24.673)	(30.842)	(37.010)
Aumento nas despesas financeiras	(4.673)	(10.842)	(17.010)

Operação – Safra	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa do dólar no fechamento do contrato	3,12	3,12	3,12
Taxa estimada do dólar conforme cenários propostos	3,20	4,00	4,80
Dívida indexada ao dólar (USD)	(6.418)	(6.418)	(6.418)
Efeito nas despesas financeiras			
Conforme taxas efetivas	(20.000)	(20.000)	(20.000)
Conforme cenários previstos	(20.538)	(25.672)	(30.807)
Aumento nas despesas financeiras	(538)	(5.672)	(10.807)

Operação – Itaú	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa do dólar no fechamento do contrato	3,13	3,13	3,13
Taxa estimada do dólar conforme cenários propostos	3,20	4,00	4,80
Dívida indexada ao dólar (USD)	(12.800)	(12.800)	(12.800)
Efeito nas despesas financeiras			
Conforme taxas efetivas	(40.000)	(40.000)	(40.000)
Conforme cenários previstos	(40.960)	(51.200)	(61.440)
Aumento nas despesas financeiras	(960)	(11.200)	(21.440)

A Companhia adota uma política de garantir que sua exposição a mudanças na taxa de câmbio seja com base em um câmbio fixo. Desta forma, para as taxas flutuantes de captação remanescentes, a Companhia contrata e designa *swaps*, conforme nota explicativa 23.

Notas Explicativas

g) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e valores justos estimados para ativos e passivos financeiros são como segue:

	31/03/2015				31/12/2014			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	73.503	73.503	76.264	76.264	31.666	31.666	33.673	33.673
Aplicações financeiras de uso restrito	53.228	53.228	53.228	53.228	58.615	58.615	58.615	58.615
Contas a receber	132.369	132.369	240.354	240.354	119.241	119.241	224.845	224.845
Créditos com empresas ligadas	98.022	98.022	-	-	94.759	94.759	-	-
Outros créditos	8.312	8.312	9.261	9.261	4.941	4.941	5.719	5.719
Total	361.524	361.524	375.197	375.197	309.222	309.222	322.852	322.852

	31/03/2015				31/12/2014			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(111.761)	(111.761)	(111.761)	(111.761)	(40.809)	(40.809)	(40.809)	(40.809)
Debêntures	(721.397)	(726.609)	(721.397)	(726.609)	(769.158)	(773.509)	(769.158)	(773.509)
Fornecedores	(58.591)	(58.591)	(62.161)	(62.161)	(64.496)	(64.496)	(66.113)	(66.113)
Débitos com empresas ligadas	(23.120)	(23.120)	(1.504)	(1.504)	(30.593)	(30.593)	(1.504)	(1.504)
Adiantamentos de clientes	(9.379)	(9.379)	(9.098)	(9.098)	(6.037)	(6.037)	(6.454)	(6.454)
Outras contas a pagar, exceto provisões	(117.970)	(117.970)	(118.712)	(118.712)	(98.358)	(98.358)	(98.380)	(98.380)
Total	(1.042.218)	(1.047.430)	(1.024.633)	(1.029.845)	(1.009.451)	(1.013.802)	(982.418)	(986.769)

A Administração entende que os instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, créditos e débitos com empresas ligadas, fornecedores, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar, os quais são reconhecidos nas informações trimestrais consolidadas pelo seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, em razão principalmente do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às do balanço.

h) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros, são apresentados conforme tabela abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de março de 2015								
Caixa e equivalentes de caixa	2.345	71.158	-	73.503	4.118	72.146	-	76.264
Aplicações financeiras de uso restrito	-	53.228	-	53.228	-	53.228	-	53.228
Total	2.345	124.386	-	126.731	4.118	125.374	-	129.492
31 de dezembro de 2014								
Caixa e equivalentes de caixa	4.698	26.968	-	31.666	5.119	28.554	-	33.673
Aplicações financeiras de uso restrito	-	58.615	-	58.615	-	58.615	-	58.615
Total	4.698	85.583	-	90.281	5.119	87.169	-	92.288

i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros usado pela Companhia e suas controladas utilizam para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram e gerenciam permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, sendo os principais índices de endividamento Total Debt / EBITDA e Net Debt / EBITDA.

j) Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Comitê Diretor da Companhia monitora constantemente as operações financeiras da Companhia para que não haja contratação de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (“*hedge*”) considerados padrão e com riscos conhecidos (“*plain-vanilla*” no termo em inglês). Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

37 Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos segurados	Modalidade	Controladora e Consolidado 31/03/2015
Veículos	Cobertura total (Danos Materiais)	517.139
Veículos	Cobertura de terceiros (Danos Pessoais e Morais)	1.257.790
Veículos	Cobertura de terceiros (Danos Materiais)	1.593.696
Predial	Cobertura total (Danos Materiais)	13.662
		3.382.287

38 Compromissos

A Companhia conduz, diretamente, operações de locação de veículos em 21 aeroportos, enquanto seus franqueados conduzem operações de locação de veículos em outros 17 aeroportos. Essas operações em aeroportos no Brasil que a Companhia conduz são efetuadas nos termos de diversos contratos de concessão outorgados pela INFRAERO, autoridades aeroportuárias estaduais e autoridades aeroportuárias municipais cujos prazos variam de 12 a 60 meses, e podem ser renovados por períodos de até 60 meses adicionais, a critério do ente público concedente.

Das mencionadas concessões feitas diretamente à Companhia, nenhuma termina em 2015, 4 terminam em 2016, 10 em 2017, 8 em 2018, 4 em 2019, 2 em 2020 e 1 em 2022.

Adicionalmente, a Companhia aluga imóveis para instalação de suas lojas próprias. A tabela seguinte demonstra as obrigações decorrentes de compromissos de aluguel das lojas em 31 de março de 2015:

Obrigações com aluguéis	Número de lojas	Valor
2015	29	12.599
2016	25	11.309
2017	15	8.624
2018	7	3.990
2019	3	689
2020	1	275
2021	1	251
2022	1	21
		37.758

Notas Explicativas

39 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- i) que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração.

Para fins de administração, a Companhia é dividida em três segmentos de negócio operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Fleet: divisão responsável pelo aluguel de frotas para pessoas jurídicas por períodos que variam normalmente entre 12 e 48 meses. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a divisão de "fleet" aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, através das lojas próprias de semi-novos;
- RAC: divisão responsável pelo aluguel de carros em agências localizadas em aeroportos e fora de aeroportos. Os aluguéis são realizados para clientes pessoas físicas em viagens de negócios ou lazer e para pessoas jurídicas, incluindo companhias seguradoras. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a frota do "rent a car" é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 24 meses, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais através das lojas próprias de semi-novos;
- Carros alienados para renovação de frota (seminovos): Como atividade operacional adicional, a Companhia possui estrutura própria para a venda dos carros desativados do seu ativo fixo em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização dos carros nas atividades de aluguel. Possui 20 lojas de venda de carros alienados para renovação da frota, localizadas em 04 Estados do Brasil.

Apresentamos a seguir as demonstrações de resultados dos negócios operacionais:

Segmento	Fleet		RAC		Seminovos		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita líquida	70.213	71.309	83.366	69.301	127.503	95.192	281.082	235.802
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota	(36.384)	(33.116)	(49.194)	(44.272)	(118.933)	(90.829)	(204.511)	(168.217)
Lucro bruto	33.829	38.193	34.172	25.029	8.570	4.363	76.571	67.585
Comerciais	(3.843)	(4.137)	(7.300)	(4.600)	(1.662)	(1.243)	(12.805)	(9.980)
Gerais e administrativas	(8.920)	(8.651)	(8.251)	(7.540)	(2.319)	(2.069)	(19.490)	(18.260)
Honorários da administração	(426)	(390)	(147)	(136)	(140)	(130)	(713)	(656)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.567)	(1.251)	4	(76)	3	123	(1.560)	(1.204)
Despesas financeiras, líquidas	(14.444)	(13.104)	(15.121)	(8.807)	220	(581)	(29.345)	(22.492)
Lucro antes dos impostos sobre os lucros	4.629	10.659	3.357	3.871	4.672	463	12.658	14.993

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Unidas S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Unidas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de maio de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães

Contador CRC RJ-092095/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Executivos da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Cincinato Braga nº 388, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Unidas relativas ao período findo em 31 de março de 2015.

São Paulo, 06 de maio de 2015.

Pedro Roque de Pinho de Almeida – Diretor Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Horácio Sarquis - Diretor

Levi Ávila da Fonseca Filho - Diretor

Fernando Ribaldo Ribeiro - Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Executivos da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Cincinato Braga nº 388, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes, relativamente as informações trimestrais da Unidas, referente ao período findo em 31 de março de 2015.

São Paulo, 06 de maio de 2015.

Pedro Roque de Pinho de Almeida – Diretor Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Horácio Sarquis - Diretor

Levi Ávila da Fonseca Filho - Diretor

Fernando Ribaldo Ribeiro - Diretor